

Ata da Sessão da Assembleia Municipal de Oliveira do Hospital, realizada no dia vinte e oito de fevereiro do ano de dois mil e vinte.

Aos vinte e oito dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e vinte, pelas catorze horas e trinta minutos, no Salão Nobre dos Paços do Município de Oliveira do Hospital, reuniu ordinariamente a Assembleia Municipal de Oliveira do Hospital, sob a presidência da Sra. Eng.^a Dulce dos Prazeres Fidalgo Álvaro Pássaro.

Ao iniciar a sessão, a Presidente da Assembleia Municipal, Eng.^a Dulce dos Prazeres Fidalgo Álvaro Pássaro, cumprimentou todos os presentes e fez a seguinte intervenção:

“Vamos dar início à nossa Sessão da Assembleia Municipal.

Desejo que estes dois primeiros meses do ano vos tenham corrido bem. Esta é a primeira Sessão que temos no novo ano. O que vem por aí, o que tem de bom e de mau, que esteja ao nosso alcance ultrapassar os desafios que a vida nos traga.

Dito isto, dou a palavra ao Primeiro Secretário da Mesa da Assembleia Municipal, Sr. Carlos Manuel Vieira Mendes, para proceder à chamada dos Membros deste Órgão Municipal.”

De seguida o Primeiro Secretário da Mesa da Assembleia Municipal, Sr. Carlos Manuel Vieira Mendes, efetuou a chamada dos Membros da Assembleia Municipal tendo-se verificado que não está presente o Sr. Deputado Eng.º João Filipe Rodrigues Brito, que solicitou a sua substituição, tendo sido substituído pelo Sr. Deputado António Jorge Duarte Martins.

Igualmente, a Sra. Deputada Dra. Ana Marta Mendes Garcia não está presente e solicitou substituição, tendo sido substituída pelo Sr. Deputado Eng.º Arménio Alberto Tavares da Silva.

O Sr. Deputado Luciano Ribeiro Dinis Figueiredo também não está presente e solicitou substituição, tendo sido substituído pelo Sr. Deputado Dr. André Duarte Pereira.

O Presidente da Junta de Freguesia de Aldeia das Dez, Sr. Carlos Manuel Mendes Castanheira, não está presente e foi substituído pelo Tesoureiro da Junta de Freguesia, Sr. Vítor Manuel Mendes Curinha.

O Presidente da Junta da União das Freguesias de Oliveira do Hospital e São Paio de Gramaços, Sr. Nuno Filipe da Cruz Marques Rodrigues de Oliveira, não está presente.

A Mesa da Assembleia Municipal considerou justificadas as faltas dos Membros da Assembleia Municipal, nos termos da alínea i) do n.º1 do artigo 6º do Regimento da Assembleia Municipal.

Encontravam-se também presentes nesta sessão da Assembleia Municipal o Sr. Presidente da Câmara Municipal, Dr. José Carlos Alexandrino Mendes e os Srs. Vereadores, Dr. José Francisco Tavares Rolo, Dra. Maria da Graça Madeira de Brito da Silva, Dra. Maria Emília Simões Gomes Moreira, Dr. Nuno Jorge Perestrelo Ribeiro, Dr. Carlos Jorge Mamede de Carvalheira Almeida, e Eng.ª Teresa Maria Mendes Dias.

Da presente Sessão da Assembleia Municipal, faz parte a seguinte Ordem do Dia:

I - Informação acerca da atividade e da situação financeira do Município.

II - Apreciação e votação, nos termos da Lei n.º 50/2018, de 16 de agosto, da proposta de acordo de aceitação da transferência de competências constantes dos Decretos-Lei n.º 99/2018, 101/2018, 102/2018 e 103/2018, 58/2019 e 116/2019, para os órgãos das entidades intermunicipais.

III - Apreciação e votação, nos termos e para os efeitos previstos no n.º 2 do artigo 51.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, da proposta de autorização para contratação de um empréstimo de médio e longo prazo para concretização de diversos investimentos de interesse municipal - Discussão e autorização prévia dos investimentos a incluir.

IV - Apreciação e votação, nos termos e para os efeitos previstos na alínea f) do n.º 1 e n.º 4 do artigo 25.º do anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, da proposta de Contratação de um Empréstimo de Médio e Longo Prazo até € 3.000.000,00 para concretização de diversos investimentos de interesse municipal.

V - Apreciação e votação, nos termos e para os efeitos previstos na alínea j) do n.º 1 do artigo 25º do anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, da proposta de apoio às freguesias no quadro da promoção e salvaguarda articulada dos interesses próprios das populações.

VI - Apreciação e votação, nos termos e para os efeitos previstos no n.º 4 do artigo 29.º do anexo da Lei n.º 35/2014, de 20 de junho e na alínea o) do n.º 1 do artigo 25.º do anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, da proposta de 1.ª Alteração ao Mapa de Pessoal para 2020.

De seguida tomou a palavra a Sra. Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, Eng.ª Dulce dos Prazeres Fidalgo Álvaro Pássaro, para fazer a seguinte intervenção:

“Feita a chamada e verificada a existência de quórum declaro aberta a Sessão.

Queria dizer-vos o seguinte: Nesta fase da Sessão costumamos proceder à aprovação da ata da sessão anterior mas não temos atas para aprovar porque a Esmeralda adoeceu, esteve doente um tempo prolongado, e, por isso, aprová-las-emos na próxima sessão mas, como sabem, estão aprovadas em minuta.

Queria, em nome da Mesa, propor à Assembleia Municipal a aprovação de um Voto de Pesar pelo falecimento do Dr. João Ataíde das Neves.

A proposta do Voto de Pesar é a seguinte: “João Ataíde das Neves tinha sessenta e um anos e era natural da Figueira do Foz. Licenciado em Direito pela Universidade de Coimbra, era Juiz Desembargador do Tribunal da Relação de Coimbra em licença sem vencimento desde que, em 2009, se disponibilizou para se candidatar à Presidência da Câmara Municipal da Figueira da Foz, como independente, pelas listas do PS. Esteve na Câmara Municipal até abril de 2019, altura em que renunciou ao mandato para integrar o Governo como Secretário de Estado do Ambiente. Antes já tinha sido Diretor Nacional Adjunto da Polícia Judiciária de Coimbra, sendo em 2004 nomeado Diretor Nacional Adjunto da mesma polícia no Porto. Foi Presidente da Comunidade Intermunicipal (CIM) da Região de Coimbra.

O Dr. João Ataíde das Neves, enquanto Presidente da CIM da Região de Coimbra, no período de 2014 a 2019, sempre apoiou o Concelho de Oliveira do Hospital na ultrapassagem dos seus múltiplos desafios com especial destaque para o período subsequente aos incêndios de outubro de 2017. Para além de ser uma pessoa de excelente relacionamento estava sempre disponível para ajudar a resolver problemas com atitude pragmática e altamente qualificada, muito em resultado da sua vasta experiência profissional e política, designadamente como Juiz com cargos diversos, como autarca, como Membro do Governo e finalmente como Deputado.

O Dr. João Ataíde das Neves, pela sua conduta e percurso de vida, é reconhecido como um “Homem Bom, uma personalidade na Região de Coimbra”, pelo que se propõe que a Assembleia Municipal de Oliveira do Hospital delibere:

1 - Aprovar um Voto de Pesar pelo seu prematuro desaparecimento.

2 - Manifestar à sua família e aos órgãos autárquicos do Município da Figueira do Foz, as mais sentidas condolências transmitindo-lhes o teor deste Voto de Pesar.”

Era este texto que a Mesa da Assembleia Municipal submetia à vossa consideração.”

Em seguida, foi dada a palavra ao Sr. Deputado, João José Pereira Esteves, que fez a seguinte intervenção:

“O Grupo Municipal do PSD subscreve inteiramente este Voto de Pesar.”

Efetuada a votação, o Voto de Pesar pelo falecimento do Dr. João Ataíde das Neves foi aprovado por unanimidade.

De seguida tomou a palavra a Sra. Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, Eng.^a Dulce dos Prazeres Fidalgo Álvaro Pássaro, para fazer a seguinte intervenção:

“A informação que vos quero dar prende-se com o seguinte: Como sabem, considero que é conveniente para a nossa orientação de vida ter calendarizado as Sessões da Assembleia Municipal. Não há aqui grande novidade, a exceção é a Sessão de dezembro. No ano passado tentámos que a Sessão de dezembro não caísse naquela semana entre o Natal e o Ano Novo.

A Mesa da Assembleia Municipal deliberou apresentar-vos a seguinte calendarização para as Sessões da Assembleia Municipal de Oliveira do Hospital: 24 de abril de 2020; 26 de junho de 2020; 25 de setembro de 2020; 11 de dezembro 2020.

A calendarização da Sessão de 11 de dezembro é uma tentativa de estarmos mais libertos destas atividades na época natalícia. Não quer dizer que não possam ocorrer circunstâncias que nos levem a alterar esta data mas tudo faremos para que não aconteçam. Se não houver acontecimentos inesperados este ano e, como estamos no decurso de um período de governação, esperamos que o Orçamento de Estado esteja aprovado de forma a não nos obrigar a introduzir alterações na calendarização da nossa reunião.

“Passemos, então às inscrições para as intervenções no Período de Antes da Ordem do Dia.”

Seguidamente iniciaram-se as intervenções do Período de Antes da Ordem do Dia e foi dada a palavra à Presidente da Junta de Freguesia de Lagares da Beira, Sra. Dra. Olga Maria Filipe Bandeira, que fez a seguinte intervenção:

“A minha intervenção prende-se apenas em três pontos: O primeiro ponto prende-se com a requalificação da rua 21 de junho, uma das ruas e principais estradas de Lagares da Beira, e que é uma das ruas que está mais danificada a nível concelhio e que neste momento está a ser intervencionada com vista à sua repavimentação.

Quero dar conhecimento ao Sr. Presidente da Câmara Municipal da minha satisfação e da satisfação da população de Lagares da Beira. Esta obra já era reivindicada há muito tempo. Espero, no entanto, que tudo corra dentro da normalidade para que a obra seja concluída dentro do prazo previsto.

O segundo ponto prende-se com o saneamento básico. Como sabemos existe uma área em Lagares da Beira, que vai da fonte da oliveira ao Bairro do Sanchinho, que ainda não tem saneamento básico. Sei que foi feita uma candidatura onde foi também integrada esta área e que foi aprovada. Perguntava ao Sr. Presidente da Câmara Municipal se há alguma data para o início das obras?

Finalmente, queria também dar conta que, mais uma vez, este ano a tradição de Carnaval Beira Serra em Lagares da Beira foi cumprida.

Queria manifestar o meu agradecimento público pelo empenho e pelo trabalho realizado à Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Lagares da Beira que foi a entidade Organizadora. Na pessoa do Sr. Presidente, Sr. Telmo Esteves, agradecer também a todos os elementos daquela Corporação de Bombeiros, quer Órgãos Sociais, quer Corpo Ativo, a todos os elementos dos bairros e anónimos que participaram na realização dos carros alegóricos e a todos aqueles que desfilaram e que puderam dar a alegria que foi vivida naquele dia. Quero também agradecer a todos os patrocinadores e à Câmara Municipal porque só através destas pessoas foi possível a realização do curso carnavalesco que levou a Vila de Lagares da Beira e o Concelho de Oliveira do Hospital para fora de portas. A todos, o meu bem-haja.

Quero também formular votos para que a Feira do Queijo que se aproxima, e que será realizada agora em março, tenha o sucesso a que já nos habituou e que tudo corra pelo melhor.”

Depois, foi dada a palavra ao Presidente da Junta de Freguesia de Avô, Sr. Enf.º José Carlos Martins Ferreira, que fez a seguinte intervenção:

“A minha vinda aqui tem a ver com duas questões: No passado dia vinte e um de setembro, juntamente com o Sr. Vice-Presidente da Câmara Municipal e alguns Presidentes de Junta, estivemos em Castro Daire devido à questão da fibra ótica e fomos informados que a Freguesia de Avô e de Lourosa, até ao final de março, iriam ter a fibra ótica. A verdade é que estamos a chegar ao final de fevereiro e não vejo rigorosamente alterações nenhuma, apesar do mês de março ser um mês grande e acredito que ainda consiga chegar. Posso também adiantar que ainda hoje mesmo andavam três funcionários da MEO em Avô que andavam a tratar da questão da fibra ótica para a Extensão de Saúde de Avô.

A outra questão tem a ver com a recuperação da praia fluvial da ilha do picoto em Avô. Devido às intempéries a Câmara Municipal fez uma candidatura para a recuperação da praia fluvial da ilha do picoto. A verdade é que estamos a pouco mais de quatro meses do início da época balnear e pretendo saber qual é o ponto da situação. É possível, ou não, ter praias fluviais este ano?”

Seguidamente, foi dada a palavra ao Presidente da Junta de Freguesia de Lourosa, Sr. Eng.º José Carlos Marques da Silva, que fez a seguinte intervenção:

“Trago aqui duas situações que se prendem com a minha Freguesia.

Queria também dizer-vos que estive pela primeira vez no XVII Congresso da ANAFRE que se realizou em Portimão nos passados dias vinte e quatro e vinte cinco de janeiro. Fui um estreante nestas andanças. Efetivamente nunca tinha estado, equacionei se haveria de ir, ou não ir, e em boa hora fui. A Freguesia de Lourosa não era associada da ANAFRE e foi uns meses antes que nos tornámos associados. Fui para lá um pouco preocupado mas também percebi que não era o único preocupado naquela sala com mais de mil pessoas e percebi que às vezes também é bom sairmos da nossa zona de conforto, ir até outros lados, falar com outras pessoas, e ver que as realidades que partilhamos aqui são as mesmas que muitas pessoas que subiram ao palco também partilharam.

O Sr. Primeiro-ministro informou todos os presentes no XVII Congresso da ANAFRE que no próximo mandato autárquico de 2021/2025 serão criadas as condições para que todas as Juntas de Freguesia possam contar com um Membro a meio tempo pois só assim será possível o exercício pleno das novas competências que sejam aceites pelas Freguesias. Este pode ser o novo paradigma para os próximos Executivos que aí venham, passar a possibilitar que, pelo menos, um dos seus Membros seja remunerado a meio tempo.

Depois, também o Sr. Secretário de Estado da Descentralização e da Administração Local, Dr. Jorge Botelho, revelou que o Governo irá reabrir o processo para correcção do mapa de freguesias.

No geral foram apresentadas quarenta e oito moções ou recomendações, o que revela que é grande a preocupação da generalidade dos autarcas, entre elas destacam-se: Renegociação dos contratos com os CTT. Aqui algumas juntas também têm esses contratos. Percebi o que é a agrura dos contratos que estão neste momento a ser celebrados com os CTT e dos encargos que isso acarreta para alguns dos Presidentes de Junta; Redução ou isenção total do IVA para as Freguesias; Acesso à apresentação de Fundos Comunitários por parte das Freguesias; Negociação dos valores cobrados pela Sociedade Portuguesa de Autores; Continuação do licenciamento dos Canídeos e Gatídeos pela Juntas de Freguesia. Em súmula foi aquilo que se falou, entre muitos outros temas. Creio que estes temas são os mais relevantes e transversais a todas as Juntas de Freguesia.

Agora particularizando, no que concerne à Freguesia de Lourosa, congratulo o Sr. Presidente da Câmara Municipal com o facto de ter sido já adjudicada a Segunda Fase de Reabilitação do Adro da Igreja que esperava eu, esperávamos nós todos, que efetivamente corresse melhor do que a primeira fase. Também apelava para que este reinício das obras fosse feito com alguma brevidade até porque temos a Feira Moçárabe dia oito e nove de agosto e nessa altura já queria que efetivamente as obras estivessem concluídas para que não nos criassem alguns constrangimentos. No ano de dois mil e dezasseis tivemos que fazer um interregno da edição da Feira Moçárabe pelo facto das obras estarem a decorrer.

Por outro lado, e esta é uma preocupação que temos enquanto Executivo de Junta e que também tem a população da localidade de Lourosa, e fizeram menção disso na última Assembleia de Freguesia realizada no dia vinte e sete de dezembro, e que tem a ver com a requalificação da rua do Cimo da Vila que é uma artéria que vai dar à Casa Grande, e vai dar às traseiras da Igreja Moçárabe,

que, efetivamente, é um autentico suplício e temos variadíssimas queixas por parte dos moradores e das pessoas que a utilizam com regularidade. Apelava ao Sr. Presidente da Câmara Municipal a viabilidade de poder avançar com essas obras.

Voltando ao Congresso da ANAFRE, e porque se aproxima a realização da Feira do Queijo, queria dizer-vos que tive o grato privilégio de ouvir umas palavras bastante agradáveis do Presidente da Junta de Freguesia de Cesar sobre a forma como o grupo tem sido recebido no nosso Concelho durante a Feira do Queijo e, ironia das ironias, até tinha estado na igreja de Lourosa, e mostrou-me a fotografia do monumento em madeira que lá temos. Dizer ainda que o Presidente da Junta de Freguesia de Cesar mandou um forte abraço ao Sr. Presidente da Câmara e à Sra. Vereadora da Cultura.

É só para verem que esta questão ultrapassa fronteiras, e ultrapassa o Município. Bem-haja pela iniciativa de permitir que as pessoas venham cá e boa sorte para esta nova edição da Feira do Queijo.”

Depois, foi dada a palavra à Sra. Deputada, Dra. Patrícia Alexandra Fernandes Lopes, que fez a seguinte intervenção:

“Aquilo que me traz aqui são apenas dois pedidos de esclarecimento junto do Executivo: O primeiro prende-se com uma questão que neste momento é inevitável e que é a questão que assola todo o mundo, a questão da pandemia, ou possível pandemia de coronavírus. O meu pedido de esclarecimento era no sentido de perceber aquilo que o Executivo já fez, ou pretende fazer, quanto a esta questão? Sabemos que há uma preocupação com o bem-estar da população e gostaria de saber se já foi tomada alguma posição?”

A outra questão prende-se com um projecto que tem vindo a ser desenvolvido. Esta é a primeira Assembleia Municipal após a implementação do Programa OHá+Saúde e gostaríamos de saber em que ponto está a execução deste programa? Sabemos que é, de facto, uma preocupação constante com a população, uma preocupação com o bem-estar e com a redução das desigualdades. Gostávamos de saber, e eu em particular, se o programa está a andar e se está a ser implementado?”

Seguidamente foi dada a palavra ao Sr. Deputado Dr. Nuno Rafael Oliveira Dias, que fez a seguinte intervenção:

“Gostava de cumprimentar o público presente e, mais uma vez, venho falar daquilo que eu entenderia que devia ser uma maior sensibilidade

democrática da própria Sra. Presidente da Assembleia Municipal. Eu, e também Deputados de outras bancadas como do Partido Social Democrata e até do próprio Partido Socialista, até porque me parece que isto não é uma questão política, é, como eu digo, uma questão de bom senso. Acho que o Órgão da Assembleia Municipal sairia mais dignificado, teria outra dinâmica, e haveria outro tipo de transparência, se tivesse outra abertura para os Municípios e parece-me deveras complicado que isso possa fazer-se neste horário e neste dia.

Registo com desgosto a persistência da Mesa da Assembleia Municipal em voltar a marcar as Sessões da Assembleia Municipal no mesmo registo sabendo de antemão aquilo que se passa, e aquilo que se passa parece-me que não é boa notícia para nenhum dos Deputados aqui presentes. Parece-me, de resto, que traria outro tipo de dinâmica e vivacidade, à Assembleia Municipal se ela fosse marcada noutra hora e noutro dia. Não me parece que haveria impedimento porque há outros Municípios onde se faz isso, como é o caso de Arganil onde se faz ao sábado ou noutros Municípios que se faz na sexta-feira à noite. Já aqui ouvi alguns queixumes de alguns Deputados para que essa marcação fosse feita numa hora mais tardia, sob pena de se sair daqui a altas horas da madrugada, coisa que eu percebo com toda a naturalidade, mas, parece-me, então, que se elas fossem marcadas ao sábado durante a manhã, ou durante a tarde, parece-me que a comunidade teria outro tipo de presença e acho que a atividade que aqui desempenhamos e o papel que aqui desempenhamos de representar o povo Oliveirense sairia enaltecido.”

De seguida tomou a palavra a Sra. Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, Eng.^a Dulce dos Prazeres Fidalgo Álvaro Pássaro, para fazer a seguinte intervenção:

“Sr. Deputado Nuno Rafael Dias, atendendo que a questão não é para o Sr. Presidente da Câmara Municipal e que é para mim, respondo já: O Senhor tem todo o direito de exprimir a sua opinião, compreendo-o perfeitamente, e reforçou que a sua opinião é secundada por Deputados de outras áreas partidárias, nomeadamente até do Partido Socialista.

A competência de escolha e de marcação das Sessões Ordinárias da Assembleia Municipal é da Mesa. Eu, que me considero uma pessoa democrata, e isto depende sempre das perspetivas e das apreciações, no ano passado até abri algum debate sobre o tema e apercebi-me que o assunto já foi muitas vezes discutido nesta Assembleia. Percebi pela contagem dos votos que não havia condições de evolução. Para mim é rigorosamente indiferente, não

tenho problema nenhum em que seja ao sábado, em que seja à sexta-feira à noite. Durante muitos anos vim cá nas sextas-feiras à noite.

Informe-me e ultimamente grande parte das Assembleias Municipais optam pela sexta-feira à tarde até porque as sextas-feiras à noite tinham o inconveniente de se prolongarem para muito tarde e isso também tinha os seus problemas. Isto já foi dito e redito. Foi tendo tudo isso em conta que este ano partilhei convosco as datas que a Mesa da Assembleia Municipal selecionou na perspetiva de ir ao encontro da vossa organização de vida porque acho que é normal que as pessoas possam programar as suas vidas. É tudo o que eu tenho a dizer sobre o assunto e entendendo perfeitamente a intervenção do Sr. Deputado Nuno Rafael Dias.”

Seguidamente, foi dada a palavra ao Sr. Deputado, Dr. André Duarte Pereira, que fez a seguinte intervenção:

“É difícil dizer para onde Oliveira do Hospital caminha. Perdemos serviços, perdemos população e perdemos natureza. O nosso Executivo Municipal, com esforço, sacrifício e engenho, consegue fazer omeletes sem ovos e a facilidade com que o fazem, até nos permite esquecer que a ausência de futuro vive no interior de Portugal.

Do povo Português, que se sente roubado e traído, só isso ouvimos e dos partidos só vemos sacudirem a água do capote. O PSD e o CDS dizem que a culpa é sempre do PS, o PS vice-versa e o PC e o Bloco dizem que a culpa é de todos os outros.

Na política Portuguesa falta sentido de missão e sobra cobardia. Mas apesar das discórdias superficiais que vamos assistindo nesta Assembleia, parece-me que todos concordamos que este não é o caso em Oliveira do Hospital.

Quero acreditar que a larga maioria dos presentes está aqui com sentido de missão e que procura um futuro melhor para estas terras e, ainda bem, porque o nosso maior inimigo não são os outros partidos. O nosso maior inimigo não são os interesses nacionais que tantas vezes subjagam este território, como é o caso da Indústria do Papel. O nosso maior inimigo é a falta de alternativa. É a impossibilidade de Oliveira do Hospital ter uma estratégia de desenvolvimento capaz de ser executada sem as esmolas do Poder Central, que tardam e nunca vêm.

Mas o mundo muda. A globalização do mercado de trabalho, a internacionalização dos serviços e digitalização da economia podem vir a ser a grande esperança para estes territórios.

Quero partilhar convoco, de uma forma muito pessoal, que sempre quis viver em Oliveira do Hospital mas, desde que entrei para a faculdade, nunca tive oportunidade. Houve uma altura que ainda tentei, mas era uma vida precária. E hoje tenho a felicidade de estar a viver onde pertença.

Hoje consegui regressar a Oliveira do Hospital porque sou um nómada digital. Trabalho *online* para vários países, para várias empresas, contanto que haja internet, posso fazê-lo de qualquer parte do mundo. Se este Município conseguir convencer mais profissionais, como eu, a mudarem-se para cá, conseguíamos inverter o ciclo demográfico e, ao mesmo tempo, aumentar o rendimento *per capita*. É com esta ideia de futuro que tenho de felicitar a visão do nosso Vice-Presidente, José Francisco Rolo, que, enquanto Presidente da Rede das Aldeias de Montanha, consegue criar em Alvôco das Várzeas um dos primeiros espaços de *cowork* do interior de Portugal. Há uma revolução tecnológica que já chegou e pode vir a ser a grande solução para Oliveira do Hospital.

Os meus sinceros parabéns ao nosso Vice-Presidente por estar a fazer parte do futuro.”

Em seguida, foi dada a palavra ao Sr. Deputado, Eng.º Carlos Augusto Inácio da Fonseca, que fez a seguinte intervenção:

“Fomos assolados há uns tempos atrás por uma devastação terrível neste Concelho com os incêndios. Grande parte do nosso Concelho, ou uma percentagem muitíssimo elevada, foi queimada e hoje assistimos a uma grande parte do Concelho sem espécies autóctones ou outras. Têm havido uma série de medidas de reflorestação do Concelho, quer por associações, quer por empresas, quer por entidades públicas, quer por entidades privadas. A questão que coloco é a seguinte: Em que ponto é que estamos no nosso Concelho? Que apoios temos a nível do Governo? Que caminho vamos ter em termos de reflorestação do Concelho porque hoje há muito para fazer embora se notem algumas manchas verdes preciosas?

Queria realçar também a ação desenvolvida na Cidade de Oliveira do Hospital, e que está à vista de todos, que tem a ver com o desbaste das árvores. É uma ação que está em desenvolvimento, que está a ser bem conseguida, e que

é de louvar o esforço, em toda a cidade de Oliveira do Hospital. Naturalmente que o caminho será esse.”

Em seguida, foi dada a palavra ao Sr. Deputado, João José Pereira Esteves, que fez a seguinte intervenção:

“Neste Período de Antes da Ordem do Dia trago aqui três pontos que gostava de falar e pedir alguns esclarecimentos: O primeiro é a questão da Extensão de Saúde de Ervedal da Beira e Vila Franca da Beira. Acontece que, pelo menos há dois meses, a Extensão de Saúde de Ervedal da Beira e Vila Franca da Beira não tem médico. Eu tenho ido muitas vezes ao Ervedal por causa dos problemas de saúde dos meus pais e acompanhei bastante esta situação. Está um aviso na porta a dizer que a Extensão de Saúde de Ervedal e Vila Franca da Beira está fechada por falta de médico por tempo indeterminado.

Acho que é uma situação anómala e o Centro de Saúde de Oliveira do Hospital devia ter isso em consideração e substituir o médico durante esse tempo até porque a alternativa é para que as pessoas se dirijam a Oliveira do Hospital ou telefonam para um número que indicam. É uma situação que não é correta até porque a Câmara Municipal fez ali um grande investimento. Acho que não pode ser deitado fora esse investimento que a Câmara Municipal fez e, além disso, a Câmara Municipal devia diligenciar junto da autoridade de saúde.

Outro assunto que me traz aqui é saber o ponto da situação da Casa da Cultura de Oliveira do Hospital. A obra não está em curso e não se vê ninguém a trabalhar. Acho que já passou muito tempo sobre o tremo do contrato para a construção e a Câmara Municipal tem que abreviar isso. Aquilo qualquer dia passa a ser uma obra de Santa Engrácia o que é muito aborrecido.

A minha preocupação era também com as obras da rua Alexandre Herculano e Virgílio Ferreira. Inicialmente as obras decorreram mas agora estão praticamente paradas há muito tempo, vê-se um ou outro homem a trabalhar naquelas ruas. Acho que o prazo já passou. Houve prorrogação de prazo e assim sucessivamente. Aquelas obras não concluídas causam grande constrangimento às pessoas porque é uma entrada de Oliveira do Hospital. Acho que se deve abreviar a sua conclusão.”

Depois, foi dada a palavra ao Presidente da Junta de Freguesia de Nogueira do Cravo, Sr. Luís Filipe Nina Mendes, que fez a seguinte intervenção:

“Exmo. Sr. Presidente da Câmara Municipal, venho colocar uma questão que me tem deixado preocupado ao longo dos anos e que é relacionada com o saneamento básico. Foi feito um levantamento com todos os locais da Freguesia de Nogueira do Cravo onde não existe saneamento básico. Ainda são vários e temos quintas onde residem cerca de cinquenta pessoas. Ao longo dos anos a necessidade e a urgência em colocar estações elevatórias e algumas ligações técnicas nos locais que ainda carecem dela tem sido amplamente discutido.

Nogueira do Cravo é a segunda maior freguesia do Concelho. Estamos no século XXI e a resolução desta situação foi prometida pelo seu antecessor durante muitos anos e nunca foi concretizada. Não podemos estar sempre a desculpar-nos com o passado, está na altura de agirmos e está na altura de fazermos alguma coisa. Há quintas que têm mais população do que algumas aldeias do nosso Concelho nomeadamente na reta da Salinha.

Queria saber se tem alguma novidade para nos apresentar acerca do levantamento que foi feito e se vão haver estações elevatórias e ligações técnicas dos esgotos em alguns desses locais que foram propostos pela Junta de Freguesia?”

Em seguida foi dada a palavra ao Sr. Deputado, José Ferreira da Cruz Loureiro, que fez a seguinte intervenção:

“O que me traz aqui é o seguinte: Uma vez que foram concluídas as obras de reconstrução das primeiras habitações e o Concelho de Oliveira do Hospital foi dos últimos a começar as obras e foi dos primeiros a acabar. Nesse sentido, quero dar os parabéns ao Município de Oliveira do Hospital e também aos empreiteiros que fizeram as obras.

Como o Município também resolveu apoiar a reconstrução das segundas habitações, gostaria de saber em que ponto estão as candidaturas.

Sobre a Conta Solidária gostaria de saber qual é a situação e se já foram distribuída as verbas.

Também quero dar os parabéns aos Sr. Vice-Presidente da Câmara Municipal pelo trabalho que tem feito no âmbito da Rede de Aldeias de Montanha. Temos duas freguesias com aldeias pertencentes à Rede de Aldeias de Montanha e, por isso, queria agradecer pelo trabalho que tem feito no Concelho de Oliveira do Hospital.

Também quero deixar aqui um alerta. Às vezes, andamos aqui por baixo e não nos apercebemos: No fim de semana subi ao Monte do Colcorinho e vi que há muitos terrenos que estão lavrados/mexidos e não sei se é para novas

plantações de eucalipto. Agradecia que o Sr. Presidente da Câmara Municipal tomasse medidas junto dos Serviços Técnicos. Aqui em baixo não nos apercebemos só quando subimos ao alto é que vemos que está tudo lavrado.”

Depois, foi dada a palavra ao Presidente da Junta da União das Freguesias de Ervedal e Vila Franca da Beira, Sr. Eng.º Carlos Artur Simões Esteves Maia, que fez a seguinte intervenção:

“Trago uma questão que já há pouco aqui foi levantada pelo Deputado João Esteves.

Sr. Presidente da Câmara Municipal, não basta nós termos feito o esforço que fizemos para oferecer às nossas populações da União de Freguesias de Ervedal e Vila Franca da Beira umas boas instalações de saúde como lá temos. Foi dito, na altura, e eu disse-o muito claramente no dia da inauguração com o Sr. Ministro presente e com a Sra. Presidente da Administração Regional de Saúde presente, e que é a mesma que ainda hoje lá está, que ninguém entenderia, nem eu entenderia, nem as populações entenderiam, que depois de termos aquelas instalações bastante dignas que lá temos, que viéssemos depois chegar a um dia, e eu sabia bem porque é que o dizia nessa altura, ou, pelo menos, já tinha alguns indicadores, ninguém entenderia que depois passado algum tempo quando as pessoas quisessem ter acesso ao seu médico não tivessem médico.

Bom, é exatamente nesse ponto que nós estamos hoje. Cerca de dois meses já passados, o médico que lá presta serviço clínico está a querer ir para a reforma e está de baixa médica prolongada. Quem sofre, no meio disto tudo, são as populações. Eu sei, já falámos há pouco tempo nisto, que a Câmara Municipal já questionou a Administração Regional de Saúde porque é que isto está a acontecer desta maneira em Ervedal da Beira. Eu próprio, já depois disso, também mandei um ofício à Sra. Presidente da Administração Regional de Saúde de Coimbra dando conhecimento aos Serviços Intermédios do ACES, à própria Coordenadora do Centro de Saúde de Oliveira do Hospital, e também mandei uma cópia desse ofício para a Câmara Municipal de Oliveira do Hospital. Até agora não tive resposta de ninguém, o que lamento! Acredito que não tem que ser a Sra. Presidente da Administração Regional de Saúde em Coimbra que tem que se preocupar com as escalas e as agendas de serviço dos médicos em Oliveira do Hospital. Não será, seguramente, ela! A Sra. Presidente da Administração Regional de Saúde em Coimbra é a responsável máxima e é ela que temos que pedir contas mas o que é certo é que depois nos outros órgãos

abaixo dela ninguém diz nada. O que eu estranho muito e as populações também estranham!

Há, seguramente, como eu digo no ofício que mandei à Sra. Presidente da Administração Regional de Saúde de Coimbra, responsabilidades de alguém que não está a fazer o serviço que lhe compete. Vou ter que pedir responsabilidades a alguém. Alguém vai ter que dar uma resposta e alguém vai ser responsável. Eu vou responsabilizar publicamente alguém. As populações não vão aguentar isto por muito mais tempo. A indicação que tenho é que isto será para continuar, e muito possivelmente não sei se o médico voltará, e nós não podemos estar de uma forma impávida e serena a olhar para esta situação.

Enquanto Presidente da Junta já questionei quem devia questionar e o Sr. Presidente da Câmara Municipal também e ninguém diz nada.

Portanto, se ninguém diz nada, a paciência vai-se esgotar e, um dia destes, não se admirem, e não tomem isto como uma ameaça, que as populações se revoltam.

Sr. Presidente da Câmara Municipal, já agora que estamos a falar de saúde, e obviamente que o problema da urgência diurna no Concelho não está totalmente resolvido e, por isso, quero perguntar se há mais alguma diligência, mais algum contacto, mais alguma intenção de podermos resolver esta questão das urgências diurnas em Oliveira do Hospital?”

Depois, foi dada a palavra ao Sr. Deputado Eng.º Rafael Sousa Costa, que fez a seguinte intervenção:

“Duas notas introdutórias: A primeira nota é para felicitar a ARCIAL que realizou há pouco tempo o seu quadragésimo aniversário e felicitar também os seus funcionários. A ARCIAL é uma entidade de referência que devemos todos acarinhar.

A segunda nota é para saudar também o recém criado Arquivo Municipal que terá como missão assegurar a preservação da memória do nosso Concelho. É uma medida que devemos louvar.

Dito isto, trazemos aqui três assuntos principais: O primeiro assunto tem a ver com o que se passou no passado mês de janeiro no nosso Concelho, nomeadamente o apagão no Centro de Saúde em virtude das intempéries. Chegaram-nos informações que este apagão deveu-se essencialmente à falta de um simples gerador que poderia mitigar este problema.

O que gostaríamos de perguntar ao Executivo é o seguinte: O que é que entretanto foi diligenciado para resolver este assunto que não é novo mas teima

em persistir? Não achamos concebível que, em pleno século XXI, andemos a discutir a falta de luz numa instituição de saúde que, como já ouvimos hoje, está doente por falta de um mero gerador eléctrico.

O segundo assunto também não é novo mas importa não esquecer: É o IC6. Este teima em não sair do pinhal e façamos um pouco de história para relembrar o que assistimos em plena campanha eleitoral autárquica: Tivemos no nosso Concelho, nessa época, um autentico desfile de elementos do Governo, que é o mesmo de hoje em dia, desde o Primeiro-Ministro, Secretários de Estado, Ministros. Foi uma autêntica romaria. Foram promessas, atrás de promessas em plena campanha. Dizia-se, à data, e cito: “*O IC6 tem todas as condições para avançar*”. Só acreditou quem quis, com é óbvio, mas a verdade é que a conclusão continua a ser uma miragem. Entretanto caducaram projetos de impacto ambiental. Enfim, o que importa perguntar, e aqui chegados, é: O que é que falta para que este processo possa finalmente ver a luz do dia?

Hoje é moda falar do interior, assistimos à redução, e ainda bem, de portagens em auto-estradas, passes mensais para áreas metropolitanas, e, nós, por cá, continuamos, infelizmente, a ser o parente pobre e a reivindicar e não passamos disso!

O terceiro tema tem a ver com o inquérito que foi lançado a todos os Oliveirenses para a escolha dos artistas da EXPOH. Gostaríamos de saber se este processo já foi concluído? E, uma vez concluído, quando serão divulgados os resultados desse mesmos inquérito?

O quarto assunto é sobre o tópico que também já trouxemos no passado e que está relacionado com o aluguer de tendas para diferentes festas que o Executivo realiza ao longo do ano. Gostaríamos de perguntar se não acham razoável a aquisição de umas tendas em vez de andarmos todos os anos a alugar estas mesmas tendas? Por exemplo: Na tenda para o Natal foram gastos sete mil euros. Não é razoável a aquisição dessas mesmas tendas que poderiam depois servir para os eventos ao longo do ano?

Finalmente, gostaríamos também de saber como está a decorrer o processo do novo concurso para conclusão das obras de requalificação da Escola Secundária. Se tem alguma novidade que o Executivo nos possa revelar e o facto de esta obra vir a ter um aumento significativo no preço global. O valor desta obra vai ser superior ao concurso anterior e quem é que vai pagar esse aumento de custo?

Mesmo para terminar, gostaríamos também de deixar uma proposta de recomendação que poderá constituir uma mais-valia: Trata-se de uma instalação

de um letreiro turístico gigante, feito geralmente em alumínio, e que se encontra inscrito com as letras do Município. Esta é uma ideia que não é nova. Quem viaja encontra em várias cidades europeias e até mesmo algumas cidades nacionais. No fundo, poderia funcionar como um atractivo turístico que hoje em dia é bastante disputado pelos turistas para as fotos de viagem do sítio que visitam. Aqui fica mais esta ideia.”

Seguidamente foi dada a palavra ao Sr. Deputado, Dr. Rui Paulo Martins Monteiro, que fez a seguinte intervenção:

“Duas ou três questões que me trazem aqui, hoje. A primeira é dizer o seguinte: Acho que, tal e qual como já aqui foi dito hoje, a generalidade das pessoas eleitas que aqui estão, seja para serem Deputados Municipais, seja para serem Presidentes de Junta, estão aqui com um objectivo, e esse objectivo é servir o Concelho. E também é verdade que em determinados momentos aqui se dizem coisas que mais tarde, e depois de ponderarmos, se calhar, pensamos que não as devíamos ter dito.

Serve a presente para me penitenciar de uma expressão que aqui tive na última Assembleia Municipal. Não foi, efectivamente, uma expressão feliz. Podia ter tido outra escolha de palavras que teria o mesmo alcance. De qualquer forma devo-vos dizer o seguinte: Gostaria que todos os que aqui estão, a generalidade conhece-me, percebessem uma coisa. Exerço cargos autárquicos há quase vinte anos em Oliveira do Hospital, durante todo este tempo já mais confundi qualquer pessoa com o cargo que essa pessoa ocupa, seja ela o Presidente da Câmara Municipal, o Presidente de Junta, o Deputado Municipal, seja o que seja. Aquilo que aqui disse, e podem ver na ata, não ataca nenhum dos Senhores que estão aqui. Atacou e visou uma atitude e uma tomada de posição. Devo dizer-vos que aqui, às vezes, no calor da discussão, efectivamente, nos excedemos. Tenho a certeza absoluta que jamais desrespeitei individualmente ou coletivamente qualquer um dos Senhores Deputados ou qualquer uma das pessoas que aqui estão. Obviamente que as desculpas não se pedem, as desculpas evitam-se. Vou, obviamente, tentar evitar aqui voltar com uma penitência, se não o conseguir lamento mas esforçar-me-ei.

Segunda questão: Efectivamente já aqui se falou muitas vezes sobre as horas e os dias das Sessões da Assembleia Municipal e, com toda a franqueza, já começa a ser um pouco cansativo porque depois toda a gente refere o público, o público, o público.

Fui eleito pela primeira vez como Deputado desta Assembleia no ano de dois mil e um e estamos em dois mil e vinte e estou cá outra vez.

Quando é que tivemos a casa cheia?

Sou do tempo em que as Sessões da Assembleia Municipal se faziam à sexta-feira à noite e saímos daqui, muitas vezes, às três e às quatro da manhã, no tempo do saudoso Sr. Correia Dias, e o Deputado João Esteve estava aqui e lembra-se também dessas situações. O saudoso Sr. Correia Dias variadíssimas vezes mostrava-se incomodado, e não só ele, outros elementos, como o Prof. Morgado e outras pessoas, mostravam-se incomodados, e, com toda a franqueza vos digo, por vezes, era até tática, e não vale a pena estramos aqui a esconder o que quer que seja, muitas das vezes prolongavam as Sessões da Assembleia.

Muita gente diz: “*O público. Se tivéssemos mais público.*” Onde é que ele está? Nunca houve, meus amigos! O público que aqui vamos tendo são aquelas duas, ou três, pessoas que, por acaso, sabem de antemão que há um assunto que vai ser discutido na Assembleia Municipal que lhes diz respeito, fora isso, não vêm.

Portanto, se me disserem, era mais cómodo para nós, enquanto Deputados, cá estarmos no sábado de manhã, eu compreendo. Agora, o público! Não vale a pena irem por aí. Discuta-se isto mas não se discuta com a questão do público.

Antes da última intervenção, um pequeno ponto, e até parecia mal não o fazer: O Deputado que me antecedeu, o Deputado Rafael Costa do PSD, referiu aqui, efetivamente, aquilo que tem sido o marasmo do IC6 após as Eleições Autárquicas.

Sr. Presidente da Câmara Municipal, dirijo-me a si porque sei que também tem boa memória, e aquilo que lhe pergunto é o seguinte: Tem ideia de quantos quilómetros do IC6 foram projetados e aprovados por um Governo do PSD?

Quantos foram os Estudos de Impacto Ambiental que foram mandados realizar por um Governo do PSD e quantos metros de terraplanagem, brita, pó de pedra e alcatrão foram colocados por um Governo do PSD? Se me conseguir responder, agradecia!

Para terminar, na última Sessão da Assembleia Municipal referiu-se a fraca execução orçamental, até porque estivemos a discutir o Orçamento, mas a verdade é que hoje em dia percorremos Oliveira do Hospital, seja o Concelho, seja a Freguesia, e veem-se em execução uma quantidade enorme de obras. Foram aqui faladas, pelo Deputado João Esteves, as obras na rua Alexandre

Herculano, na rua Virgílio Ferreira. Podemos falar em muito mais, nomeadamente nas obras de estacionamento na zona dos Bombeiros, etc. Há uma quantidade enorme de obras.

O que eu gostaria de saber, Sr. Presidente da Câmara Municipal, era: Qual é o esforço, do ponto de vista financeiro, que estas obras trazem ao Município e também, porque me parece que estão relacionadas com esta questão financeira, de que forma o impacto financeiro dos danos provocados pelas depressões Elsa e Fabian se fazem sentir neste momento no Orçamento Municipal? Gostaria que nos pudesse responder sobre isso.”

De seguida, foi dada a palavra ao Presidente da Junta de Freguesia de Alvôco das Várzeas, Sr. Agostinho de Jesus Marques, que fez a seguinte intervenção:

“Para começar, Sr. Presidente da Câmara Municipal, falámos aqui tanta vez sobre a Estrada Nacional 230 e ainda não tive oportunidade de lhe agradecer todo o empenho que teve. Hoje, a obra está feita. A Estrada Nacional 230 já está requalificada e penso que está bem requalificada. Seria injusto não vir dar uma palavra de apreço da nossa Junta de Freguesia por todo o empenho que teve o Sr. Presidente e toda a Câmara Municipal. O nosso muito obrigado.

Agradecer também ao Sr. Vice-Presidente da Câmara Municipal pelo trabalho desenvolvido naquela candidatura da Junta de Freguesia de Alvôco das Várzeas que está na Comunicação Social. Sabemos perfeitamente que foi com o empenho do Sr. Vice-Presidente da Câmara Municipal e outras pessoas, nomeadamente a Dra. Célia que nos ajudou bastante, que conseguimos aquela candidatura. Foi uma candidatura, como o Sr. Presidente sabe, que não foi fácil, concorreram cerca de mil e oitocentas freguesias e foram eleitas cento e três.

Não poderia deixar de fazer aqui um pequeno reparo e dizer que a fibra ótica é necessária e será fundamental. O Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Avô já falou que estivemos com o responsável da ALTICE e com o adjunto. O adjunto prometeu-nos que a fibra ótica estaria em Avô e Lourosa em março e em Alvôco das Várzeas em junho. Com certeza, para nós é mais três meses porque somos de mais longe. Sei que demora mais tempo porque vem de carroça mas também não vamos chatear muito desde que esteja lá em junho. Gostaríamos que o Sr. Presidente da Câmara Municipal fizesse com que eles não se esqueçam.

O Sr. Presidente da Câmara Municipal também sabe que há umas pessoas que querem investir no minifúndio. É uma oportunidade e, não sei se será uma

realidade, eles andam a investigar e a ver, mas, quando dissemos que não tínhamos fibra ótica, ficaram um bocadinho retraídos.

Ora, nós, que falamos tanto no desenvolvimento, não podemos esquecer que a fibra ótica é uma ferramenta fundamental para o tal desenvolvimento do interior que tanto se apregoa. Ainda ontem ouvi o Sr. Primeiro-Ministro dizer que vai dar alguns incentivos para as pessoas virem viver para o interior, e eu acho muito bem que seja dado esse incentivo, mas temos que dar condições às pessoas.

Relativamente à área da saúde quero dizer o seguinte: Em Alvôco das Várzeas, felizmente, em relação a médico, não temos tido grandes problemas porque o médico que está no Centro de Saúde é de Alvôco das Várzeas mas, temos um Posto de Enfermagem que está desativado há bastante tempo, e foi-nos dito que no dia da consulta do médico temos direito a enfermeira. Entretanto, avariou um computador no Posto de Saúde e como a não têm computador, a enfermeira não pode ir. Gostaria de saber qual é o ponto da situação em relação a isto?”

De seguida tomou a palavra o Sr. Deputado Carlos Manuel Vieira Mendes, para fazer a seguinte intervenção:

“Inscrevi-me para dar informações que são importantes sobre a Comissão do Lítio. Como sabem, foi criada a Comissão de Acompanhamento de Prospecção de Pesquisa de Depósitos Minerais de ouro, prata chumbo, zinco, cobre, lítio, tungsténio, estanho e outros depósitos minerais ferrosos e minerais metálicos associados no Concelho de Oliveira do Hospital.

Sendo assim, tínhamos que apresentar um relatório nesta Assembleia mas é um pouco impossível. O trabalho foi feito, fizemos duas reuniões, foi feito o Regimento mas ainda não temos Lei nenhuma para que possamos fazer algum tipo de trabalho. Em vinte e oito de dezembro, o Ministro do Ambiente e Ação Climática disse que só no primeiro trimestre de dois mil e vinte e após a aprovação do Decreto-Lei que deixasse bem claras as novas exigências ambientais. Ou seja, aquele Decreto-Lei, e aquilo que nós ouvimos falar, deixava tudo em aberto para não haver grandes possibilidades em termos ambientais de fazermos alguma coisa. Entretanto, e aí seja dado valor, a Câmara tomou aquela posição de que não havia prospecção nem pesquisa no Concelho de Oliveira do Hospital e isso deixou-nos descansados.

Entretanto, o relator, que era o Tiago, por motivos profissionais deixou de fazer parte da Comissão e tivemos que fazer a sua substituição, e que já está

feita, mas, como eu disse, não tendo matéria onde nós nos pudéssemos pegar não fizemos as reuniões que estavam previstas. Portanto, não houve um trabalho profundo porque não houve necessidade.

A Câmara, que eu saiba, não tem nenhum pedido de prospecção, não tem nenhum pedido de pesquisa, de maneira que estamos neste impasse. Não temos Lei e estamos a fazer reuniões sem termos nada onde nos pudéssemos pegar não o fizemos.

No Plano de Trabalhos, no ponto 2, dizia o seguinte: “*o plano de ação pode ser revisto a qualquer momento com vista a actualizar o conjunto de ações a serem promovidas pela Comissão.*”

Acho que, como não encerrámos nada, o trabalho que se fez foi uma reunião que foi pedida por um grupo de pessoas de uma organização a nível nacional. A Câmara pediu para eu estar presente para representar a Comissão.

Continuamos a sentir preocupação mas as respostas que podemos dar são as seguintes: A Câmara é contra; Não temos base legal para fazermos algum trabalho.

Aquilo que eu pedia neste momento, e tendo em conta o ponto 2, do Plano de Trabalhos, no artigo 6º, é que nos dêem mais tempo, pelo menos até setembro, porque estamos à espera que no primeiro trimestre ainda saia este Decreto-Lei.

Portanto, propunha que esta Comissão se prolongasse pelo menos até à reunião de setembro pensando que nessa altura, em função do Decreto-Lei, possamos tomar posições concretas em relação à Comissão e àquilo que poderemos e queremos fazer em defesa do Concelho de Oliveira do Hospital.

É isto que eu proponho. Fica à vossa consideração se a Comissão deve continuar até setembro, esperando pelos factos que eu estou a dizer neste momento.”

Depois foi dada a palavra ao Sr. Deputado Dr. Tiago Fernando Rolo Martins, que fez a seguinte intervenção:

“No âmbito da proposta anterior, quero dizer o seguinte: Essa alteração é a Comissão do Lítio que a faz e não é preciso ser a Assembleia Municipal porque isso faz parte do Plano de Trabalhos que foi aprovado pela Comissão.”

De seguida tomou a palavra a Sra. Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, Eng.^a Dulce dos Prazeres Fidalgo Álvaro Pássaro, para fazer a seguinte intervenção:

“Um pouco em complemento da intervenção do Deputado Carlos Mendes, quero dizer o seguinte: Quem acompanha estas questões, e há aqui várias pessoas que por uma série de questões, até relacionadas com as suas áreas profissionais e áreas de interesse, acompanham mais diretamente. Realmente o Governo decidiu, e bem, fazer um enquadramento legal muito mais actualizado, complexo e, se quiserem, também completo para acautelar as questões ambientais. O Sr. Ministro Matos Fernandes, naquela declaração que está na internet, e que foi muito divulgada no final de dezembro, assumiu que tinha sido entregue, após a preparação pelos serviços competentes, um projecto de Decreto que depois ia para o processo legislativo, e que depois haveria de ir para promulgação, e ninguém sabe o tempo que estas coisas levam. Ele aponta como prazo previsível o primeiro trimestre mas pode ir até maio. A verdade é que sem conhecermos as novas regras não faz muito sentido analisar o assunto. As novas regras é que determinam como é que todo este tema do lítio vai ser tratado no nosso País. A única garantia que temos, do ponto de vista das exigências ambientais, é que a situação será mais clara e mais exigente.

Portanto, a meu ver, aguardemos. Continua a ser atual acompanhar este tema mesmo que na área geográfica do nosso Concelho não venha a haver interesse de prospecção mas é um assunto de interesse a nível nacional para o bem, e para o mal, e, por isso, devemos segui-lo.”

Em seguida, foi dada a palavra ao Sr. Deputado, Dr. João Luís Oliveira Figueiredo Ramalhete de Carvalho, que fez a seguinte intervenção:

“Queria endereçar as felicitações ao novo Presidente do CDS-PP, que é um filho de Oliveira do Hospital e pedia ao Srs. Deputados do CDS-PP que transmitissem as minhas felicitações e votos de um bom trabalho.

Aproveitando o modo pedagógico com que o meu querido amigo Dr. Rui Monteiro se dirigiu a esta Assembleia Municipal, também queria recordar o seguinte, a propósito do Centro de Saúde: A verdade é que o Centro de Saúde nunca teve gerador. Esta é que é a verdade! Mas teve, e é bom que nos recordemos, dezasseis mil utentes sem médico de família no tempo do PSD/CDS. No tempo do Dr. Passos Coelho houve dezasseis mil utentes que não tiveram médico de família e nessa altura não vi nenhum modo de indignação do Partido Social Democrata, o que lamento!

Já aqui foi recordado qual foi o contributo dos Governos PSD para a construção do IC6: Não houve um metro quadrado.

Vou só terminar com uma apreciação: Enquanto democrata fico profundamente triste. O PSD é um partido estruturante da nossa democracia, é o maior partido da oposição, e aquilo que nós vemos, hoje, é o PSD andar a reboque de comunicados do Bloco de Esquerda e a servir de muleta do Bloco de Esquerda. É um vazio de ideias e aquilo que vêm aqui trazer a esta Assembleia é, de facto, vir a reboque do Bloco de Esquerda e vir repetir aquilo que o Bloco de Esquerda disse.”

De seguida tomou a palavra a Sra. Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, Eng.^a Dulce dos Prazeres Fidalgo Álvaro Pássaro, para fazer a seguinte intervenção:

“Começo a ficar cansada do comportamento das pessoas. Vamos lá clarificar o seguinte: Quando o Sr. Deputado João Ramalheite pediu a palavra, depois de ter prescindido dela, pensei que era para intervir relativamente a algum assunto novo que lhe sobreveio. Até registo com apreço a circunstância do Senhor ter felicitado o novo Presidente do CDS-PP e a circunstância de ter sido eleita uma pessoa com ligações ao Concelho. Muito bem e pareceu-me perfeitamente oportuno.

Já não me parece correto que o Senhor retome temas que foram abordados antes do Senhor falar e quando o Senhor prescindiu. Isto não pode ser! Não me obriguem a ter atitudes peremptórias. Futuramente não volta a haver exceções deste tipo e que fique isso claro!

Relativamente ao Sr. Deputado Eng.^o Rafael Costa: O Senhor parece o eco. Não lhe permito que o Senhor se intrometa na forma como eu conduzo as reuniões. Se o Senhor tiver matéria para reclamar o Senhor faça-o nos moldes que a lei lhe permite.

Eu sei avaliar as situações e tenho prerrogativas, nomeadamente de flexibilidade, e respondo perante os eleitores Oliveirenses relativamente às flexibilizações que eu entenda por bem introduzir. E que fiquemos claros!

Aquilo que o Sr. Deputado Rafael Costa pode fazer, de acordo com a lei, e se o Senhor acha que eu conduzo mal os trabalhos, o Senhor faça o favor de proceder em conformidade. O Senhor tem inclusivamente um Regimento do funcionamento da Assembleia Municipal. O Senhor conhece a lei, o Senhor avalie a situação.

Estou a procurar ser imparcial e não é fácil lidar com estes comportamentos. Já disse ao Deputado João Ramalheite o que penso sobre a situação que se criou aqui.

Tenho aberto exceções para um lado e para o outro. Eu tenho é de começar a tomar nota das exceções que tenho aberto.”

Seguidamente, foi dada a palavra ao Presidente da Câmara Municipal, Sr. Prof. José Carlos Alexandrino Mendes, que fez a seguinte intervenção:

“Em primeiro lugar queria agradecer por terem aprovado por unanimidade o Voto de Pesar pelo falecimento do Dr. João Ataíde. Queria agradecer de uma maneira especial devido às relações pessoais que eu mantinha com ele mas também como Autarca de Oliveira do Hospital.

Poderia definir o Dr. João Ataíde como um homem bom, como um homem competente, como um homem com princípios éticos e morais. De uma maneira abrangente são testemunhas os meus colegas Presidentes de Autarquias eleitos pelo PSD com quem mantivemos sempre uma relação de grande cordialidade. Ainda hoje tivemos uma reunião do Conselho Municipal, que se realizou em Mortágua, com todos os Presidente de Câmara presentes e houve um sentimento enorme de todos nós.

Queria agradecer-vos, sinceramente, este Voto de Pesar que foi aprovado por unanimidade até porque o Dr. João Ataíde tinha muita consideração por Oliveira do Hospital e gostava de Oliveira do Hospital. Mesmo a própria esposa, que é natural do Carregal do Sal, de Currelos, tinha uma ligação com Oliveira do Hospital.

Por isso, gostava de vos testemunhar isto e apraz-me registar esta unanimidade porque sei quanto a esposa vai ficar sensibilizada com este Voto de Pesar aprovado por unanimidade. Sinceramente, honra-me muito esta votação da Assembleia.

Depois, dar aqui a seguinte nota: Dar os parabéns pela realização de dois desfiles de Carnaval que se realizaram no Concelho, nomeadamente o Carnaval do Seixo da Beira, organizado por um grupo de jovens e que correu muito bem, e o Carnaval de Lagares da Beira. E dizer à Sra. Presidente da Junta de Freguesia de Lagares da Beira que corroboro todas as suas afirmações.

Tivemos também o desfile de Carnaval do Agrupamento de Escolas que foi fantástico e peço desculpa ao Sr. Presidente do Agrupamento porque na altura do desfile tinha cá uns empresários alemães.

Depois, saudava o regresso do Deputado André Pereira e da sua esposa a Oliveira do Hospital. Deixe-me dizer-lhe que nós precisamos de jovens para o nosso desenvolvimento e não podemos estar mais de acordo. Dizer-lhe ainda que o seu regresso a Oliveira do Hospital é um bom exemplo para outros jovens.

Há, hoje, um conjunto de estrangeiros, sobretudo no vale do Mondego, que utilizam o teletrabalho e que se estão a fixar cá e que trazem também bastante negócio.

Como sabem, hoje, o teletrabalho já é uma medida mais usual por causa desta nova gripe, desta nova pandemia, se ela vier a vencer.

Depois passaria aos assuntos aqui abordados e vou tentar responder a todos os Presidentes de Junta e aos Srs. Deputados:

A Sra. Presidente da Junta de Freguesia de Lagares da Beira falou que iniciámos a requalificação da Av. 21 de junho e eu quero dizer-lhe o seguinte: A Av. 21 de junho é uma estrada que faz ligação à variante de Lagares da Beira que se encontrava em piores condições dentro do Concelho de Oliveira do Hospital. É uma obra que chega ligeiramente atrasada mas, sem dúvida nenhuma, era uma obra que se tinha de fazer.

Depois, gostava de falar sobre a rede de água e saneamento básico que foi aqui referida por vários Presidentes de Junta de Freguesia: Neste momento há um conjunto de candidaturas que têm vindo a ser aprovadas, que foi a Câmara Municipal de Oliveira do Hospital que as fez mas também em nome dos Municípios de Seia e de Gouveia. A candidatura para o abastecimento de água da Adarnela, a candidatura para o saneamento básico de Lagares da Beira, o saneamento da quinta da Abrunheira e da quinta da Mata em Nogueira do Cravo já vieram aprovadas. Estamos à espera para serem aprovadas duas candidaturas de saneamento básico que é o saneamento de Rio de Mel e Felgueira Velha. Temos que executar estas obras e elas já eram para ser executadas na empresa Águas Públicas da Serra da Estrela.

Tenho uma reunião com a Sra. Diretora do POSEUR para ver se uma das Câmaras Municipais pode fazer a adjudicação porque eles querem que esta empresa esteja criada no prazo de três meses. Por isso, penso que há aqui um avanço.

Falou-se também na fibra ótica. Sem dúvida nenhuma que é fundamental pressionarmos para que esta fibra ótica chegue a Lourosa, chegue a Alvôco das Várzeas e chegue a Avô, em zonas que têm uma forte componente turística. A vinda da fibra ótica é uma promessa e, realmente, como o Sr. Presidente da Junta de Alvôco referiu, o mês de março já se está a aproximar. Não é por falta de empenho da Câmara Municipal que as coisas não se têm conseguido.

Sobre a Praia Fluvial de Avô: Eu sou sincero, a Câmara Municipal não tem condições para todos os anos gastar cerca de setenta mil euros na recuperação da Praia Fluvial de Avô. Nós precisamos de nos preparar com um

projeto mais definitivo. Talvez, por causa das alterações climáticas, seja possível recorrermos a uma linha de candidatura. Nós estamos atentos a isso. Se nós podermos e se arranjarmos um projeto que tenhamos que subsidiar 15 % já é possível realizar as obras. Outra coisa é estarmos a investir todos os anos cerca de setenta ou oitenta mil euros, como já aconteceu. Consideramos a Praia Fluvial de Avô como uma praia *ex libris* do Concelho. A Praia Fluvial de Avô tem candidatura à Bandeira Azul feita por esta Câmara Municipal e temos-lhe dado a importância que acho que ela merece.

O Presidente da Junta de Freguesia de Lourosa, o Eng.º José Carlos, falou sobre o novo paradigma nas Juntas de Freguesia e falou sobre o Sr. Secretário de Estado das Autarquias Locais, Dr. Jorge Botelho, com quem eu tenho uma boa relação. Ele foi Presidente de Câmara Municipal de Tavira, também foi Autarca, e temos conversado sobre isto.

Como vocês sabem eu estou de despedida e, por isso, quero fazer este meu mandato, mas também acho que vai ter que se mudar o paradigma. As Juntas de Freguesia, na minha opinião, e nas reuniões tenho constatado que as Juntas de Freguesia têm que alargar o seu leque de competências, e muitas delas já as têm de forma encapotada. Acho que as Juntas de Freguesia têm que evoluir para um novo patamar, e têm que evoluir nas competências e com recursos financeiros, porque a proximidade com as populações facilita a resolução dos problemas. Tem havido esta discussão e há a intenção de transferir novas competências para as Juntas de Freguesia e, para isso, as Juntas de Freguesia não podem ter as mesmas estruturas que têm hoje. Há Juntas que têm estruturas que conseguem dar algumas respostas mas as Juntas de Freguesia não podem viver num amadorismo absolutamente total. Nós sabemos que a maior parte dos Srs. Presidentes de Junta têm as suas profissões e depois muito fazem nas suas freguesias e muitas vezes com poucos meios. Por isso, quero dizer que hoje trazemos aqui o subsídio de cento e sessenta mil euros para vos entregar o dinheiro o mais depressa possível.

Acho que se deve valorizar o papel das Juntas de Freguesia, o papel dos seus Executivos, o papel do Presidente da Junta. Valorizar as Juntas de Freguesia é aumentar a democracia porque as Juntas de Freguesia dão respostas e estão perante novos desafios. Não são só os Municípios ou os Governos que estão perante os novos desafios. Vou dar-vos o seguinte exemplo: Quando houve aquelas intempéries e aquelas chuvas tive oportunidade de estar em Avô, com o Sr. Presidente da Junta de Freguesia, e também estive em várias Freguesias. O levantamento que fizemos dos prejuízos no Concelho de Oliveira

do Hospital, causados pelas intempéries, são no valor de três milhões de euros. Os prejuízos ocorreram sobretudo na Zona Sul porque na Zona Norte os danos sofridos tiveram muito a ver com os incêndios, com a falta de floresta, e os danos foram causados pela erosão da água a caminhar outros trilhos e destruindo muitas estradas, como sabem. Não há Orçamento Municipal nenhum que aguente três milhões de prejuízos.

Estive a apresentar os prejuízos causados pelas intempéries na Comunidade Intermunicipal da Região de Coimbra, e quem tem agora a relação de todos estes prejuízos é a Sra. Ministra da Administração Pública, a Dra. Alexandra Leitão. Tive oportunidade de negociar não só os prejuízos de Oliveira do Hospital mas o pacote dos prejuízos dos municípios que pertencem à Comunidade Intermunicipal da Região de Coimbra e o que é que acontece? Neste Orçamento de Estado, que está para ser publicado, o Fundo de Emergência já tem verbas para os prejuízos do *Leslie* e, neste momento, não tem verbas para estes prejuízos causados pelas intempéries. Houve candidaturas especiais para a Zona do Baixo Mondego ligadas ao PDR e à agricultura mas para aqui ainda não houve. Os Presidentes de Câmara que tiveram prejuízos pressionaram bastante para que seja feita uma revisão orçamental e que seja colocado algum dinheiro para ajudar a resolver estes problemas.

Em Oliveira do Hospital se executarmos todas estas obras no valor de três milhões de euros ficamos sem dinheiro para outros investimentos que são importantes e, por isso, agora aguardamos. Precisamos de resolver alguns problemas em algumas estradas, teremos que fazer alguns adiantamentos, mas não podemos fazer as obras na sua totalidade. Gostava de deixar esta nota porque, às vezes, as pessoas não se apercebem.

Também dizer ao Presidente da Junta de Freguesia de Lourosa, Eng.º José Carlos, que esta segunda parte das obras de Requalificação dos Espaços Envolventes da Igreja de São Pedro de Lourosa estão feitas. São obras que têm participação do Quadro Comunitário e que nos preocupam. Também me apraz registar que foi uma empresa de Arganil que ganhou a adjudicação da obra, e ainda bem que houve empresas a concorrer.

Já agora, dou a seguinte informação: Temos tido uma série de concursos que ficaram desertos, como por exemplo o concurso da Escola Secundária. O Parque dos Marmelos foi colocado a concurso com o preço de quinhentos e cinquenta mil euros e também ficou deserto. Agora abrimos novo concurso com o preço de oitocentos mil euros.

Isto deve-se à falta de mão-de-obra que hoje se faz sentir nas empresas, e que nos prejudicam, deixando os concursos absolutamente desertos.

Já lançámos novamente o Concurso da Escola Secundária. Este concurso foi ganho por uma empresa do Concelho, e ainda bem. Na minha opinião é uma empresa que reúne todas as condições, é a Santovaiense. Houve uma reclamação da empresa que ficou em segundo lugar, que foi a empresa Joaquim Fernandes Marques que é também uma empresa do Concelho. Já pedimos um parecer jurídico, penso que chegou hoje, mas como hoje não estive cá, porque estive no Conselho da Comunidade Intermunicipal, não sei o que diz esse parecer. O que eu espero é que a obra ande e a empresa que ganhou o concurso oferece-me garantias do cumprimento porque, como já percebemos, aquele obra tem sido um mar de dificuldades.

Depois falou-se aqui no Programa OHá+Saúde. Este tema foi trazido pela Deputada Dra. Patrícia Lopes, e dizer-lhe o seguinte: Neste momento estamos em condições, e penso que na terça-feira vamos entregar os primeiros dez cartões para a aquisição dos medicamentos. O que nos pode acontecer é o seguinte, e vocês reparem como isto é dramático em algumas Freguesias: As pessoas até têm direito aos medicamentos gratuitos com este cartão que a Câmara Municipal lançou com a Associação mas também precisam de receitas. O que é que nos adianta ter os medicamentos à borla se não tivermos quem nos passe as receitas. Isso aconteceu já numa altura em que estivemos muito deprimidos com a falta de médicos, e isso já foi também referido pelo Deputado Dr. João Ramalhete, e foi quando lançámos a Unidade Móvel de Saúde para São Gião, Lourosa, as freguesias do Vale do Alva, porque essas pessoas estavam absolutamente abandonadas e não tinham quem lhe receitasse os medicamentos.

Por isso, houve aqui esta sensibilidade. Neste momento penso que haverá cerca de vinte, ou trinta, cartões e pedia aos Srs. Presidentes de Junta para que fossem rapidamente entregues. Eu acho que é muito pouco porque há muitas pessoas que se enquadram. Este cartão não é só para pessoas de idade também se enquadram famílias com dois filhos que estão a estudar e que têm baixos recursos económicos. Essas pessoas também têm direito a este cartão. Este cartão para a aquisição dos medicamentos é para agregados familiares com baixos recursos económicos.

Pedia aos Srs. Presidentes de Junta que nos ajudassem a divulgar este cartão porque conhecem os casos e têm mais proximidade com as pessoas das freguesias. Vão dizendo às pessoas e vamos fazendo este trabalho com o meu Gabinete e com os Serviços de Ação Social.

A Câmara Municipal só paga cem euros por cada utente e depois os medicamentos são comparticipados pela Associação Nacional de Farmácias. Estamos disponíveis para apoiar e para facilitar a vida das pessoas, sobretudo aquelas que precisam e que não têm rendimentos.

Gostava de vos falar sobre os problemas na área da Saúde em Oliveira do Hospital, e dizer-vos o seguinte: Marquei uma reunião para a próxima terça-feira com a Sra. Delegada do Centro de Saúde, com o Sr. Presidente do Hospital da FAAD, com os Comandantes dos Bombeiros e com a GNR para se fazer um Plano de Ação do Município de Oliveira do Hospital, obedecendo aos protocolos do Serviço Nacional de Saúde, por causa dos problemas da nova gripe que nós temos aí. Devemos também ter aqui respostas e soluções, nomeadamente a aquisição de máscaras e algumas coisas que nós temos que fazer. Essa será uma primeira reunião e não vou ficar à espera que chegue para depois ir à procura de resolver os problemas. Vamos fazer uma antecipação, se não chegar a pandemia, óptimo, mas, se gastarmos algum dinheiro e depois não utilizarmos um determinado material, também é óptimo, na minha opinião.

O ideal seria mesmo que não chegasse cá mas todos acreditamos que é uma questão de tempo e, se é uma questão de tempo, na minha opinião, nós devemos estar prevenidos. Por isso, na terça-feira haverá a primeira reunião, ainda antes de termos algum caso em Oliveira do Hospital.

Gostava de vos ler o documento, que até está registado, que mandei no início de fevereiro à Sra. Presidente do Conselho Diretivo da Administração Regional de Saúde do Centro, a propósito da Extensão de Saúde de Ervedal da Beira, a propósito da Extensão de Saúde de Seixo da Beira e a propósito da Extensão de Saúde de Lagares da Beira: *“Exma. Sra. Presidente da Administração Regional de Saúde, venho por este meio solicitar a V^a. Ex^a., com carácter de urgência, a colocação de um médico a tempo inteiro nas Extensões de Saúde de Seixo da Beira e Lagares da Beira, uma vez que neste momento as horas que os médicos prestam nestas extensões de saúde são manifestamente insuficientes para o atendimento ao número de utentes existentes.*

Em relação à Extensão de Saúde de Ervedal da Beira, estando o médico de atestado médico por 30 dias, não se consegue perceber que o Centro de Saúde de Oliveira do Hospital não tenha disponibilizado um médico do seu quadro para fazer, pelo menos, duas manhãs por semana na referida extensão de saúde.”

O que era natural era que a Coordenadora do Centro de Saúde colocasse uma pessoa na Extensão de Saúde de Ervedal da Beira, tal como agora até estão a fazer no Seixo e em Lagares, enquanto não há uma colocação definitiva.

O que reivindicamos é a colocação de um médico para a Extensão de Saúde de Lagares da Beira, um médico para a Extensão de Saúde do Seixo da Beira e um médico para a Extensão de Saúde de Ervedal da Beira, e acho que não é pedirmos muito.

Mais grave do que isso, é que na Extensão de Saúde de Ervedal da Beira, até fazem o seguinte: Às vezes têm lá uma enfermeira para ver se as pessoas lá aparecem e a enfermeira sempre vai ali tendo alguns cuidados com as pessoas. Às vezes o Centro de Saúde de Oliveira recruta a enfermeira para ir para outro local e deixa de estar na Extensão de Saúde do Ervedal e às vezes recuperam também a funcionária administrativa e fecham a Extensão de Saúde.

Vocês sabem como funciona a parte psicológica quando as pessoas vêm a Extensão de Saúde fechada e não foi para isso que este Presidente e este Executivo andaram a arranjar a Extensão de Saúde de Avô e a Candidatura para a Extensão de Saúde de Ervedal da Beira. Não foi para isso!

Alguns que agora se preocuparam porque esteve lá um bocadito de frio, nunca se preocuparam quando a Extensão de Saúde de Ervedal da Beira era um pardieiro e com as condições que nós sabemos. Hoje temos uma Extensão de Saúde realmente com qualidade para aquela zona.

Também quero dizer aqui que serei sempre contra o fecho de qualquer Extensão de Saúde da Zona da Cordinha ou de Avô para centralizarem os serviços em Oliveira do Hospital. Até porque nós não temos uma mobilidade como as grandes cidades têm e temos pessoas ali com determinadas idades. É preciso termos essa consciência.

Quero dizer-vos que também não deixei cair, e não posso deixar cair, o problema das urgências em Oliveira do Hospital ente as oito e as vinte horas.

Na segunda-feira da próxima semana, às onze horas, tenho uma reunião com a Sra. Ministra da Saúde, no Ministério da Saúde em Lisboa, onde levarei estes casos. A reunião já era para ter sido feita há bastante tempo, e não foi feita porque a Sra. Ministra da Saúde foi-me dizendo que estava com uns problemas com o Orçamento de Estado e logo que tivesse o Orçamento de Estado aprovado que me recebia. E assim foi, cumpriu com a sua palavra. Encontrei-a, por acaso, no sábado no funeral do Dr. João Ataíde e ela quando me viu falou-me na reunião e eu disse-lhe que lá estarei.

Levarei estes problemas da área da Saúde em Oliveira do Hospital porque nós também não os podemos deixar cair, e é uma questão de dignidade, e é uma questão também de direitos. Não podemos deixar cair o problema das urgências das oito às vinte horas porque nós não temos uma retaguarda que nos responda nas urgências.

Por isso, meus caros amigos, para mim podem fazer as urgências das oito da manhã às vinte horas no Centro de Saúde desde que lá ponham umas urgências, e pode ser um Serviço de atendimento permanente como antigamente, que façam onde eles quiserem mas Oliveira do Hospital exige, não é pede, é exige que lhe sejam dadas essas condições porque não somos um Concelho qualquer.

Também vos digo, não estou disponível para perder mais tempo com a Sra. Presidente da Administração Regional de Saúde do Centro porque já perdi muito tempo e não tenho conseguido resolver os problemas. Isto demonstra claramente uma grande incapacidade de a convencer mas nós temos que resolver estes problemas e temos que ter médicos. Temos que lutar todos, e se for preciso juntarmo-nos todos e lutarmos por aquilo que devemos eu também estou disponível para nós avançarmos.

Direi à Sra. Ministra que tem um tempo para resolver os problemas e a seguir estou disponível para vos convocar e todos em conjunto lutarmos por aqueles que hoje são pessoas idosas, são pessoas com doenças crónicas, são pessoas que não têm voz e que não fazem greves. Nós devemos, nós, que fomos eleitos pelo nosso Concelho, temos obrigação de defender essas pessoas mais frágeis. Eu não sou contra quem tem dinheiro e vai aos médicos particulares. E digo já: Quantos mais empresários tivermos, e bem-sucedidos, menos pobres temos. Essa é a minha conceção de sociedade. Gosto que os meus empresários ganhem dinheiro mas eu tenho a obrigação, e os senhores que foram eleitos pelo povo, por esse povo mais humilde, temos o dever de lutar por essas pessoas e, se for preciso, meus caros amigos, eu serei o da frente num combate, e direi isso à Sra. Ministra na próxima segunda-feira. Já o fiz no passado e fá-lo-ei agora novamente, porque os cuidados de saúde são fundamentais e acredito que todos juntos somos capazes de acordar consciências.

Não me quero meter na marcação das Sessões da Assembleia Municipal, mas, hoje, saíram da reunião realizada em Mortágua, seis Presidentes de Câmara, porque tinham, todos Sessão da Assembleia Municipal agora à tarde.

Relativamente ao problema da reflorestação quero dizer-vos que a Câmara Municipal recebeu agora cento e vinte mil árvores e que estávamos à

espera de ir muito mais além e que houvesse muito mais candidaturas. Houve uma candidatura através do Gabinete Florestal e tem havido entrega das árvores. Vamos também distribuir árvores na Feira do Queijo de forma simbólica. Vamos dar uma árvore a cada pessoa para levar para casa. Vamos distribuir três mil árvores. Na minha opinião teremos que lançar novas candidaturas para ver se as pessoas aderem.

Quero agradecer à Eng.^a Teresa Dias, ao Eng.^o José Carlos, e às suas equipas porque têm feito um excelente trabalho nesta área.

O Deputado José Ferreira falou nas terras lavradas que se vêm do Monte do Colcorinho. Eu até pensei que fosse na zona da Gramaça onde houve uma plantação feita pelos nossos serviços com as árvores que foram oferecidas pela Worten. Por isso, estamos aqui todos a fazer um grande esforço mas é preciso um grande esforço coletivo.

Há algumas medidas do Governo que estão para sair, nomeadamente sobre as verbas a distribuir por hectare para as limpezas dos terrenos. Também vai haver verbas para as pessoas limparem os terrenos durante cinco anos mas acho-las ainda muito insuficientes.

Nós temos aqui muitos e grandes desafios na reflorestação do Concelho e não é uma coisa simples, e também não vale a pena estarmos a enganar e dizer que somos capazes de repente de virar aquilo que foi destruído em poucas horas e que sejamos capazes de voltar a ter a nossa floresta. Vai demorar muitos anos. Não é uma questão de ser pessimista mas vocês vejam, agora foram postas cento e vinte mil árvores, que é uma gota no Concelho, e agora imaginem quantas árvores é que arderam. Foram muitos milhões.

Acho que não devemos deitar a toalha ao chão, devemos continuar com este trabalho e pressionar também o Governo em relação à adoção de algumas medidas.

Sobre a área da saúde ainda quero dizer que há coisas do Centro de Saúde que são giras e até digo mais, até diria que alguns que dão as notícias trabalham lá e vou dizer isto com muita frontalidade: Relativamente ao problema do gerador, quero dizer que o Centro de Saúde nunca teve gerador mas devia ter. Se alguém do Centro de Saúde me dissesse que estavam sem gerador a Câmara Municipal tem um gerador grande e teria ido lá colocá-lo, sem problemas nenhuns.

Deixem-me dizer aqui o seguinte: O Centro de Saúde de Oliveira do Hospital pertence ao Ministério da Saúde e não é da Câmara Municipal de Oliveira do Hospital. Nós não aceitámos a competência. E ainda agora, como

sabem, colocámos lá uma cadeira de dentista e um equipamento de raio-X que nos custou dinheiro, através de um protocolo com o Ministério da Saúde. Nós fizemos isso, e estes equipamentos custam mais do que um gerador. Se o Ministério da Saúde quisesse assinar um protocolo e achasse que era um equipamento nuclear, pela minha parte, nós estaríamos disponíveis.

Eu não sou o responsável pela Saúde em Oliveira do Hospital, porque esta Assembleia Municipal não aceitou, e bem, as competências na área da Saúde. Nós não aceitámos e, por isso, temos de responsabilizar quem tem essa responsabilidade. Nós percebemos o jogo de alguns, também é preciso dizer, e não é ninguém que está aqui na sala, até porque há aqui pessoas que trabalham lá. Parece que só agora é que o Centro de Saúde de Oliveira do Hospital não teve gerador. O PSD que esteve cá tanto tempo, e essas pessoas que lá trabalham até são do PSD, porque é que nunca falaram num gerador? Já sei! Foi porque antigamente no Concelho de Oliveira do Hospital nunca faltava a luz e só falta agora no meu tempo.

Por isso, meus caros amigos, deixemo-nos de brincadeiras. Se a Sra. Directora do Centro de Saúde disser que é nuclear o gerador no Centro de Saúde, a Câmara Municipal disponibiliza-se a comprar-lhe o gerador mas é preciso que sejam eles que nos venham dizer que não têm meios. Devem-no primeiro reivindicar à Administração Regional de Saúde mas, da minha parte, apresento esta disponibilidade. Eu sei que os utentes do Centro de Saúde são as nossas pessoas do Concelho e, por isso, estou aqui muito disponível, e é verdade que o gerador nunca foi reivindicado por ninguém. Até durante os incêndios fechou o Centro de Saúde, e na minha opinião, bem, para que o Hospital da FAAD servisse de ponte porque tinha outros meios e tinha geradores para dar essa resposta. Ficamos por aqui porque às vezes nós também sabemos fazer-nos de parvos e também sabemos qual é o jogo e quem o faz. Até porque neste Executivo sempre lutámos por melhores condições na área da saúde e às vezes de forma desagradável, como por exemplo nesta relação complicada com a Sra. Presidente da Administração Regional de Saúde do Centro, porque queriam comparar o meu Concelho com uma terra com meia dúzia de pessoas e eu não pude admitir isso.

Outro problema que aqui foi levantado, e que é uma coisa interessante, é o problema do IC6: O IC6 já devia estar feito. Se vivêssemos num País absolutamente coeso no seu território este IC6 já estaria feito.

Quero dizer-vos que tenho boa opinião deste Ministro. Tenho reunido com ele não só por causa do IC6 mas também devido a outros assuntos do

território da CIM, como, por exemplo, o Metro Mondego de Coimbra. Relativamente ao IC6 tem havido, da parte dele, alguma proatividade e vejo-o a dar alguns passos, e não quer dizer que isso me conforme porque acho que este processo está absolutamente atrasado.

Como sabem fui ao Senado representar a CIM de Coimbra, no âmbito da discussão do Plano Nacional de Investimentos 2030 apresentado pelo Governo, onde também estive em discussão o IC6. Relativamente ao IC6, o documento do Governo referia o seguinte: A construção do segundo lance, entre o nó de Tábua e Folhadosa, é referenciado na proposta do Governo apresentado na Assembleia da República para o Plano Nacional de Investimentos de 2030, como exemplo de intervenção integrada no programa de valorização das áreas empresariais fase 2. Este investimento está plasmado com trinta e oito milhões de euros. Também no Instituto das Infraestruturas de Portugal havia um procedimento de autorização de encargos plurianuais para o projeto com um custo estimado de 1,7 milhões de euros.

Relativamente ao IC6, já não importa referir quem fez, e quem não fez. A verdade é que ninguém fez. É verdade que este Governo também não fez, e o Governo anterior não fez. Aquilo que nós queremos é que ele seja feito porque é uma questão de justiça.

Os Senhores também reconhecerão que se há alguém inconformado em relação a isto sou eu, até porque o meu compromisso foi sobretudo com os interesses do meu Concelho, e agora também da minha região, já que represento também a Comunidade Intermunicipal da Região de Coimbra.

Eu, o meu Executivo e a Assembleia Municipal, temos estado inconformados e, às vezes, fazem-se silêncios brutais das nossas reivindicações. E há outra coisa que é um problema, nós também ouvimos os nossos políticos falarem muito sobre a coesão do interior mas, depois, *a bota não bate com a perdigota*. Há muitas palavras bonitas mas depois a execução não existe.

O que nós queremos é uma coisa simples. Nós não queremos palavras bonitas. O que nós queremos é que o IC6 chegue à Zona Industrial de Oliveira do Hospital e que vá já até ao nó de Folhadosa, mas o que era normal nós reivindicarmos era o IC6 ir até à A25.

Qualquer Governo que queira um País coeso já devia ter lançado o IC6. E os Senhores saberão que o IC6 não será feito no meu tempo mas, não deixo de o dizer, partirei daqui com uma grande mágoa se, pelo menos, a adjudicação do IC6 não estiver lançada. Não deixo de o dizer aqui porque sempre senti que a construção do IC6 é um fator de desenvolvimento para o Concelho de Oliveira

do Hospital e um fator de desenvolvimento ao nível da competitividade para os nossos empresários.

Deixem-me dar mais uma nota sobre a Expansão Sul da Zona Industrial: Os terrenos que comprámos vão nos ficar em mais de um milhão de euros e nós já temos sete empresas interessadas para se instalarem em Oliveira do Hospital. Ainda esta semana no dia em que passou o Carnaval do Agrupamento tínhamos cá dois empresários alemães. Nós sabemos que às vezes é difícil fazer investimento.

Temos um empresário brasileiro que também está a trabalhar connosco para trazer alguns empresários e esteve em Alvôco a ver alguns projetos do regadio. Este Executivo fez duas candidaturas com a Associação de Regadios para Alvôco e São Sebastião da Feira. Executámos duas candidaturas onde nunca ninguém tinha mexido também já há muito anos. Penso que o de Alvoco ficou em duzentos e cinquenta e três mil euros e o de São Sebastião da Feira, que ainda não foi lançado, são cento e vinte mil euros.

Isto também demonstra claramente que nós não nos conformamos e acreditamos que há um futuro e que há um amanhã diferente e é para isso que nós trabalhamos.

Quero agradecer à Eng.^a Teresa Dias porque é ela que tem acompanhado as candidaturas dos regadios.

Acho que não nos devemos conformar porque nós somos um Concelho com grandes potencialidades e temos um conjunto de empresários fantásticos. Acho que quem está aqui tem essa obrigação e nós estamos a fazê-lo.

Como já disse, nós já temos sete empresas para a nova Expansão Sul da Zona Industrial. Vamos gastar quase um milhão de euros, fomos comprando terrenos e ainda nos falta adquirir dois ou três mas já temos a obra adjudicada e, por isso, haverá ali novo desenvolvimento e com a tentativa de criar mais uma ou duas empresas na Zona Industrial do Seixo, na Cordinha.

Acho que é um trabalho que vale a pena fazer para tentar fixar as pessoas. Nós temos que ter emprego se queremos fixar as pessoas e começamos a querer ter emprego de determinada qualidade.

Nós temos corrido e nem sempre temos ganho essas corridas. Às vezes temos perdido por causa do problema dos acessos, e não é para nos desculparmos, ou pela falta de capacidade de conseguirmos convencer esses empresários a virem para cá, depois de medirem o tempo para se deslocarem para a fronteira, como o fez uma empresa inglesa, de capital inglês e suíço, e que depois ficou perto da Covilhã e que não veio para Oliveira do Hospital, mas

eu sei o que corri atrás dessa empresa, e perdi, mas lutei. Pelo menos tentei. Queria deixar estas notas também das nossas angústias para verem o que fazemos e às vezes não conseguimos.

A propósito das obras, e o Deputado João Esteves falou nas obras da rua Alexandre Herculano e da rua Virgílio Ferreira: Quero dizer que nos projectos dessas ruas havia uma zona em que não havia substituição dos postes eléctricos. Não se percebe que em dois terços da rua Virgílio Ferreira os fios que passavam eram subterrâneos e havia uma parte em que os fios eléctricos ficavam nos postes. Para que todos os fios ficassem subterrâneos o Sr. Vice-Presidente foi falar com os proprietários das casas porque esta modificação tem algumas despesas. Essa modificação que não estava prevista no projeto da rua Virgílio Ferreira causou algum atraso mas não tem sido um atraso tão acentuado.

Relativamente à Casa da Cultura, neste momento as obras decorrem. Eu também vou ser sincero, gostaria que esta obra ainda fosse inaugurada no meu tempo. Às vezes não se nota mas eles têm andado a fazer trabalhos interiores, também com alguma lentidão. Também é verdade que apareceram alguns problemas na estrutura da Casa da Cultura antiga que não estavam na adjudicação. Fizemos um concurso agora há pouco tempo para adjudicar essa parte e, por isso, gostaria de vos dar essa nota.

Relativamente à Casa Amarela o primeiro concurso também ficou deserto mas agora ganhou o concurso a empresa Lopes Cardoso que também é da Bobadela e, por isso, a obra vai andar rapidamente.

O Centro Escolar está adjudicado, foi a empresa Fonseca e Fonseca que ganhou.

Neste momento temos a andar cerca de dezoito milhões de euros em obras no Concelho de Oliveira do Hospital.

Também temos a obra junto à Central de Camionagem e lançámos agora a abertura do procedimento para as obras no Parque dos Marmelos, e reparem, passámos de quinhentos e cinquenta mil euros para oitocentos e cinquenta mil euros. Isto é, colocámos mais trezentos mil euros para não ficarmos com o concurso deserto. Podemos vir a ter um prejuízo enorme porque as obras tinham 85 % de uma determinada verba que estava contratualizada e havia a possibilidade, se a obra estivesse feita, de agora com a reprogramação do Quadro Comunitário de irmos buscar um dinheiro. Só nos vão dar 85 % da verba o resto tem que sair do Orçamento Municipal e isto pode fazer a diferença num mandato porque é muito dinheiro. Penso que ainda terei alguma habilidade para conseguir ir buscar verbas com a reprogramação do Quadro Comunitário.

Os fogos também nos atrasaram estas obras que eram nucleares e que precisam de tempo para as pensar. Por exemplo, as obras da Zona Histórica, que vão orçar em mais de quatro milhões de euros, foram lançadas por quatro lotes. Há dois lotes que foram adjudicados a uma empresa do Concelho, e eu fico contente, é o Amadeu Gonçalves Cura. Há outros dois lotes que não apareceu ninguém a concorrer. Estamos a lançar outro concurso com outros preços, porquê? As empresas não concorreram porque acharam o valor baixo e entretanto as coisas aumentaram 30 %. Para chatear isto, a Direção-Geral da Cultura, por causa da Capela dos Ferreiros que é Monumento Nacional, mandou um parecer desfavorável em relação às obras porque havia ali um problema que temos que resolver, até porque para termos o financiamento a obra tem que estar aprovada. Tenho agora uma reunião marcada com o Diretor Regional. Nós até podíamos avançar com a obra mas temos que resolver primeiro o problema até por causa dos financiamentos.

Penso que na história de Oliveira do Hospital nunca houve tanto investimento na própria cidade.

Quando discutirmos o ponto relacionado com o empréstimo depois falaremos de algumas opções como, por exemplo, a reconstrução das casas de segunda habitação.

Relativamente à Conta Solidária, como sabem, há um Regulamento aprovado. Nomeei comissões de análise que não tinham nenhum político. É preciso também perceber que eu quis distanciar a decisão do poder político, quis que fosse um poder técnico, até porque eu não trouxe aqui Regulamentos que foram aprovados e publicados no Diário da República para fazer de conta e para depois o dinheiro ser entregue de qualquer maneira. Tenho confiança na equipe que nomeei e a atribuição destas verbas vem a reunião de Câmara e os Srs. Vereadores são testemunhas.

A Conta Solidária tinha setenta e quatro mil euros e a nossa ideia é aumentar a verba para cem mil euros com uma parte do Orçamento Municipal para alguns casos que eram justo e que eram enquadráveis na tipologia e por isso também vamos resolver isso.

As segundas habitações vão custar à volta de quatrocentos e cinquenta mil euros se todas as pessoas executarem. As obras vão ser pagas com apresentação das faturas. Para protegermos as pessoas os nossos serviços fazem autos de medição àquilo que vem facturado. Há este cuidado todo porque isto são dinheiros públicos.

Havia a possibilidade de irmos buscar esta verba ao Fundo de Apoio Municipal sem entrar no endividamento. Como vocês sabem, eu tenho uma posição muito crítica porque no Fundo de Apoio Municipal temos lá dinheiro que a Câmara Municipal depositou todos os meses. A Câmara Municipal todos os anos deposita à volta de setenta mil euros e, vamos pedir dinheiro, quando temos dinheiro que é nosso no Fundo de Apoio Municipal. Há essa possibilidade de irmos ao Fundo de Apoio Municipal, como nas obras contratualizadas também há possibilidade de haver um empréstimo através do Banco Europeu de Investimentos. Relativamente ao Centro Escolar qual será a percentagem de financiamento? Eu não sei se será 85 %, se será 80 %, se será 79 %, vamos ver. Há a possibilidade de haver um empréstimo com o Banco Europeu de Investimentos, que também não conta para o endividamento líquido, para obras que estejam comparticipadas nos diferentes Quadros Comunitários.”

De seguida, tomou a palavra a Sra. Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, Eng.^a Dulce dos Prazeres Fidalgo Álvaro Pássaro, para fazer a seguinte intervenção:

“Muito obrigada Sr. Presidente da Câmara Municipal, pelas explicações que nos deu.

Terminámos o Período de Antes da Ordem do Dia e vamos agora passar para o Período da Ordem do Dia mas, antes disso, tenho estado aqui a pensar e quero fazer uma intervenção a propósito do que se passou há pouco: Sou uma pessoa, com os meus sessenta e seis anos, que cada vez mais deixo cair questões, mas não sou mulher de sacudir determinadas coisas para debaixo do tapete porque elas depois saem sempre.

Quero falar sobre o que aconteceu há pouco e quero deixar claro o seguinte: Na última Sessão da Assembleia Municipal o Sr. Deputado José Ferreira pediu fora de tempo para intervir. Eu dei-lhe a palavra e não o devia ter feito. Ficou registado que era uma situação de exceção e que outros partidos que viessem pedir também uma intervenção, no enquadramento semelhante, que eu teria que lhes dar a palavra. Isso está bem registado e eu disse-o na altura.

Hoje, o Sr. Deputado João Ramalhete, primeiro inscreveu-se para intervir, depois prescindiu e depois pediu a palavra. Estive aqui a ponderar, e com a pressão do momento, e a trocar umas impressões com os elementos da Mesa da Assembleia Municipal, e decidi dar-lhe a palavra na convicção de que o Sr. Deputado João Ramalhete se teria lembrado de alguma coisa que não tivesse sido abordada e que quisesse aqui trazer. Quando o Senhor falou a propósito do

Presidente do CDS, eu achei muito bem. Eu estava a observar a sua intervenção e atenta para, se o Senhor aproveitasse a circunstância de estar a falar depois dos outros Deputados e vir ripostar, o chamar à atenção que não era correto.

O Sr. Deputado João Ramalheite primeiro falou do gerador e depois começou a falar do IC6, eu aí falei, e, quando eu falo, o Sr. Deputado Rafael Costa, que já não é a primeira vez que faz isso, e é o único que quando se estão a passar determinadas coisas é o meu ajudante e em voz alta lembra-me que não estou a fazer bem o meu papel. O Senhor é o único, e quero dizer-lhe o seguinte: Estive a ler o Regimento, e o Senhor também o deve ler, e todos o devem ler, porque o Regimento, que resulta da Lei, é bem claro relativamente a estas situações.

O Presidente da Assembleia Municipal e os Srs. Deputados têm direitos e deveres. Um dos direitos do Presidente da Assembleia é a autoridade que lhe é conferida pelos eleitores. Sou eu que sou a Presidente e não é o Senhor nem nenhum dos Srs. Deputados. Mas o Presidente da Assembleia não é infalível, e, portanto, está previsto um mecanismo. Sabe qual é o mecanismo? O Senhor recorre para o plenário. Está aqui previsto no Regimento. Qualquer Deputado que discordar de uma decisão ou comportamento do Presidente recorre ao plenário. Está aqui tudo previsto.

Agora, há uma coisa que vos quero dizer: É fundamental que tenhamos a noção que aqui deve haver debate político. Nós estamos aqui para isso.

Por outro lado, também percebo muito bem que há para aí uns joguinhos, do antes e do depois, na hora das inscrições das pessoas das várias áreas partidárias. Pessoalmente, se querem que vos diga, por um lado, percebo, por outro lado, às vezes, acho desnecessário porque o nosso Presidente da Câmara Municipal é um homem que se sabe defender bem. E, mais do que saber defender-se bem, o trabalho que ele tem feito e o resultado das votações mostram que ele está à vontade.

Por outro lado, vocês podem pensar que não vale a pena dizer nada, mas vale a pena, e, mesmo para quem está a fazer bem, ajuda bastante que as oposições identifiquem áreas que carecem de melhoria.

Agora, também vos digo que já estou um bocadinho cansada de estar sempre a ouvir falar nos mesmos temas, e a fazerem ajustes sobre o IC6, e sobre o que fizeram estes, e o que fizeram aqueles. Agora foi a história do gerador. Sinceramente, acho isso pouco mas isso é a minha perceção pessoal.

Vamos ficar claros relativamente a este assunto: Estão em aberto duas possibilidades para Deputados de áreas partidárias do PSD e do CDS poderem

falar fora da ordem normal das intervenções porque eu abri essa exceção para uma área partidária. Hoje acabou por acontecer isso, porque o Sr. Deputado João Ramalhete defraudou as minhas expectativas. Tenho que lhe dizer e lamento dizer-lho porque esperava que o Senhor, até com a formação que tem, se tivesse limitado a falar de assuntos que não tivessem sido falados antes. E o Senhor também pode reclamar se acha que eu estou a ser injusta.

Que fique claro, tem que ficar claro, porque realmente entendo que nós fazemos bem o nosso trabalho se tivermos um ambiente distendido, com aprofundamento político, com debate, mas não pode haver este tipo de crispações.

Hoje, o Sr. Deputado Rui Monteiro fez bem, muito bem, em vir ali abordar uma questão que para mim foi bastante incómoda na última Sessão da Assembleia. Quero recordar que também de outras áreas partidárias já tem havido situações em que as pessoas pedem a palavra para ir contrapor, relativamente a intervenções de outras áreas, e depois eu não dou a palavra. Depois, na intervenção seguinte que é a propósito de outro assunto, falam do assunto.

Portanto, aqui, também ninguém tem sido perfeito. As pessoas têm as suas especificidades. Solicito que tenham cuidado. Do ponto de vista formal, nós temos melhor ambiente, se respeitarmos as regras, e isto correrá melhor.

Era isto que vos queria transmitir porque acho que o devia fazer. Eu sei que não vão ficar contentes comigo. Paciência, é a vida! Eu gosto muito de vocês todos mas, às vezes, tenho de dizer estas coisas. Isto não é uma RGA dos tempos em que eu andava no Técnico, no tempo do PREC. Atenção, há regras!

Não temos cá muito público mas temos a imprensa e é como se tivéssemos muita gente a assistir. Sei que as pessoas, às vezes, se entusiasmam um bocado mas, por isso, existem Regimentos e temos que os cumprir.”

De seguida entrou-se no Ponto I da Ordem do Dia - Informação acerca da atividade e da situação financeira do Município, e foi dada a palavra ao Presidente da Câmara Municipal, Sr. Prof. José Carlos Alexandrino Mendes, que fez a seguinte intervenção:

“Não tenho nada a acrescentar. Não sei se alguém tem alguma pergunta?”

Não havendo intervenções relativas ao Ponto I, de seguida entrou-se no Ponto II - Apreciação e votação, nos termos da Lei nº 50/2018, de 16 de agosto, da proposta de acordo de aceitação da transferência de competências constantes

dos Decretos-Lei n.º 99/2018, 101/2018, 102/2018 e 103/2018, 58/2019 e 116/2019, para os órgãos das entidades intermunicipais.

Depois, foi dada a palavra ao Presidente da Câmara Municipal, Sr. Prof. José Carlos Alexandrino Mendes, que fez a seguinte intervenção:

“Estas competências, a maior parte delas, também já vieram à Assembleia numa outra votação. São as competências que delegamos na Comunidade Intermunicipal da Região de Coimbra no âmbito destes Decretos-Lei. Todos os anos é obrigatório voltar e, por isso, propunha que votassem favoravelmente.”

Seguidamente foi dada a palavra ao Sr. Deputado, Dr. Nuno Rafael Oliveira Dias, que fez a seguinte intervenção:

“Como o Sr. Presidente da Câmara Municipal disse, e bem, esta proposta já veio à Assembleia Municipal. Já foram vertidas todas as nossas opiniões que, na altura, como está registado em ata, o parecer do CDS era, do ponto de vista ideológico, municipalista, não podia ser de outra forma, e votou favoravelmente. Não obstante, gostava de colocar uma pergunta ao Sr. Presidente da Câmara Municipal, num dos pontos em que serão transferidas competências, até porque, de certa forma, acaba por ser uma área em que estou mais à vontade visto que me licenciiei na mesma, e perguntar-lhe, quais é que serão ao certo os domínios transferidos no que concerne aos projectos financiados de foro comunitário, e quais é que serão os meios técnicos que as Comunidades Intermunicipais terão, no caso da nossa em Coimbra aparecem que os fundos mais estruturantes serão PRODOR, FEDER, o Programa de Desenvolvimento Rural e o Fundo de Coesão, e quais é que serão os instrumentos e de que forma é que são apetrechadas as Comunidades Intermunicipais para poderem responder a estes projectos que são, como se sabe, de grande envergadura?”

Depois, foi dada a palavra ao Presidente da Câmara Municipal, Sr. Prof. José Carlos Alexandrino Mendes, que fez a seguinte intervenção:

“Sem dúvida nenhuma que a pergunta do Sr. Deputado faz sentido porque as Comunidades Intermunicipais precisam de ganhar mais músculo para terem estas competências. As Comunidades Intermunicipais têm as competências, mais ou menos como as Assembleias Municipais. Há uma reunião do Conselho Intermunicipal mas depois as propostas vão à Assembleia

Intermunicipal, onde fazem parte alguns Deputados Municipais, o Eng.º João Brito, o Carlos Mendes.

Realmente precisamos de ganhar outro músculo. Temos equipas multidisciplinares e há muitas candidaturas de âmbito supramunicipal que hoje passam pelas Comunidades Intermunicipais. Vou dar o exemplo do projeto da ciclovia Coimbra/Figueira que levámos hoje a aprovação a abertura de procedimento e, por isso, neste momento também estamos a reestruturar os serviços criando lugares. Uma grande parte de funcionários públicos da Comunidade Intermunicipal, são funcionários das Câmaras, que estão em mobilidade na CIM. Os processos de Contraordenação das multas de trânsito estamos a entrega-los à Comunidade Intermunicipal porque isto só trazia aborrecimentos aos autarcas.

Por isso, aquilo que quero dizer é que nós temos feito algumas candidaturas até supramunicipais e neste momento estamos a alargar o quadro na contratação porque depois cada um tem um sector. Há um sector que nos tem dado muitas dores de cabeça, é o sector da mobilidade que estava no IMTT. O setor da mobilidade é duma complexidade enorme. O que é que nós também fazemos? Também contratamos empresas exteriores à Comunidade Intermunicipal para fazerem candidaturas.

Por isso, aquilo que eu quero dizer é que a Comunidade Intermunicipal, que hoje já tem mais de quarenta pessoas mas vai ter que a alargar derivado a estas competências.”

Não havendo mais intervenções, foi colocada a votação o Ponto II - Apreciação e votação, nos termos da Lei n.º 50/2018, de 16 de agosto, da proposta de acordo de aceitação da transferência de competências constantes dos Decretos-Lei n.º 99/2018, 101/2018, 102/2018 e 103/2018, 58/2019 e 116/2019, para os órgãos das entidades intermunicipais, que foi aprovado por unanimidade.

De seguida entrou-se no Ponto III - Apreciação e votação, nos termos e para os efeitos previstos no n.º 2 do artigo 51.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, da proposta de autorização para contratação de um empréstimo de médio e longo prazo para concretização de diversos investimentos de interesse municipal - Discussão e autorização prévia dos investimentos a incluir.

Seguidamente, foi dada a palavra ao Presidente da Câmara Municipal, Sr. Prof. José Carlos Alexandrino Mendes, que fez a seguinte intervenção:

“Há um conjunto de investimentos que estão a ser feitos e que não estão aqui reflectidos. Nós temos tido alguma dificuldade, não é dificuldade de tesouraria, é o problema do saldo de gerência do ano anterior, não o podemos fazer refletir nas contas. Agora há uma norma do Orçamento de Estado que permite ele ser reflectido nas contas. Antes era só em abril quando as nossas contas eram aprovadas.

Como podem ver na documentação estas obras têm um valor de três milhões de euros. Há aqui uma obra que custa mais, é a variante, e que será uma grande avenida que fará a ligação entre a Escola. Há também um conjunto de obras junto ao Centro Escolar. Há a requalificação junto ao Centro Escolar que não está aqui porque essas obras andarão há volta de dois milhões de euros. A variante, com um valor de um milhão e meio de euros, será a primeira grande avenida em Oliveira do Hospital com duas faixas de cada lado.

Haverá outra fase ainda, e também admito que não seja no meu tempo, mas também não há problema nenhum, quem cá ficar também tem que fazer, que é a ligação entre o Estaleiro Municipal. Já temos o projecto feito do Estaleiro Municipal que custa à volta de oitocentos mil euros.

Como vocês sabem, esta avenida resulta da cedência do espaço num contrato de urbanização. Eu já expliquei isto aqui na Assembleia. A cedência do espaço da avenida e a cedência dos vinte e cinco mil metros quadrados para o Centro Escolar novo foi um negócio num contrato de urbanização. Os proprietários da urbanização vão-nos dar isso mas vão-nos pagar ainda mais de duzentos mil euros e porquê? É fácil de entender. Nós podíamos comprar o terreno e fazer mas não colocávamos lá a electricidade, não colocávamos saneamento, não colocávamos água. Ora, se eles vão fazer uma urbanização têm interesse de lá ter isso e então foi feita uma avaliação. A família Lagos ainda nos vai pagar mais de duzentos e vinte mil euros quando estiver a avenida feita. Eles terão que reembolsar a Câmara Municipal porque a partir dali também têm um novo negócio e poderão ter ali uma urbanização com as infraestruturas todas feitas.

Por isso, acho que foi um bom negócio. Um negócio é bom quando é bom para todos. Acho que foi um bom negócio para o Município e foi um bom negócio também para eles.

Também estamos a tentar candidatar uma parte da avenida a uma ciclovia num projecto relacionado com os resultados da descarbonização em Oliveira do

Hospital. Qual é que era a nossa ideia? Era ter uma ciclovia que ligue o Parque dos Marmelos até à Zona Industrial. Depois, do parque do Mandanelho a essa avenida. Depois, dessa avenida ao Agrupamento de Escolas. Esta ciclovia serve para os miúdos poderem utilizar a bicicleta. O Diretor do Agrupamento e a Sra. Vereadora, na outra semana, estiveram na Holanda, onde quase todos os alunos vão de bicicleta para a escola. Depois essa ciclovia ligará à Zona Histórica e depois desta Zona Histórica ligará ao parque do Mandanelho, pelo lado da Central de Camionagem junto aos Bombeiros Voluntários de Oliveira do Hospital.

Por isso, estamos a trabalhar um projecto e é um projecto que também tem ambição.

Depois há aqui quinhentos mil euros para o Centro Municipal de Proteção Civil que tem um objectivo mais claro, que é modificar o nosso Estaleiro, dando melhores condições aos nossos trabalhadores. Nós reconhecemos que os nossos trabalhadores não têm grandes condições. Porque é que deixámos aqui o Centro Municipal de Proteção Civil? É que haverá a possibilidade de haver uma candidatura que acaba por ser uma reconversão do Estaleiro onde os nossos trabalhadores tenham um refeitório em condições, onde tenham casas de banho em condições para tomarem banho, com vestiários, onde tenham as condições que hoje não temos, e é uma coisa que já peca por tardia e penso que também é a altura.

Penso que são obras estruturantes e todas elas têm diferenças.

Depois há aqui a obra do Estádio Municipal. Os balneários do Estádio Municipal de Oliveira do Hospital hoje não dão resposta. A Câmara Municipal está a pagar mensalmente uns contentores para que os nossos jovens, aquelas nossas crianças tenham possibilidades de tomar banho. Oliveira tem neste momento cerca de duzentos miúdos que utilizam aqueles contentores. Os outros balneários também não têm grandes condições. O projeto já está feito, temos condições para o lançar logo que haja dinheiro. Esta obra também não custará só duzentos e cinquenta mil euros, a obra andarà à volta dos quatrocentos mil euros. A realização desta obra é a pensar sobretudo nas nossas camadas jovens e nas crianças que hoje praticam lá desporto. Temos um relvado de grande qualidade.

Por isso, quero dizer que este investimento é para os nossos miúdos, para lhes dar condições de treino e condições para eles estarem. Haverá a possibilidade de terem uma sala de estudo neste balneário.

Fizemos uma candidatura para a iluminação, na área do desporto, com o Instituto do Desporto, e vamos ver se a conseguimos também melhorar as condições ao nível da iluminação porque a iluminação do Estádio Municipal também é muito deficiente, na minha opinião.

Também há aqui uma ideia muito clara da minha parte, não é deixar para os outros aquilo que eles não possam suportar. A minha ideia, quando me for embora de Presidente e o meu Executivo, é que não tenhamos uma dívida maior do que aquela que eu herdei. Isso é também o meu compromisso. Fazer uma dívida que era sustentável e que nós fomos capazes sempre de trabalhar. Também nunca corremos demasiados riscos de ambição, para depois ficarmos a dever, como aconteceu aí a muita gente. Também não é por acaso que temos esta taxa de juros. A Câmara Municipal, neste momento, pagará 0,18 %, quase juro nulo. Como a Euribor está negativa o juro dá 0,18 %, o que é uma boa taxa de juro. Mas, como eu disse, quando acabar o meu mandato, o compromisso que aqui fica é que nós teremos uma dívida mais pequena do que aquela que havia quando eu cá cheguei à Câmara Municipal.

Deixar o futuro para quem tiver o poder para que possam continuar a trabalhar da maneira como nós fizemos. Também tendo sempre uma ideia muito clara de sustentabilidade financeira e de não gastarmos ou fazermos um endividamento, hoje também já não é tão possível. Como vocês sabem, e viram aí, o nosso endividamento antigamente podia ir a quinze milhões de euros e, hoje, não é bem assim porque há regras. Andamos a pagar para o Fundo de Apoio Municipal porque havia Municípios que estavam falidos tecnicamente, como sabem. Nós, temos lá o nosso dinheiro, e agora precisamos para as casas e andamos a pedir dinheiro emprestado.”

Seguidamente, foi dada a palavra ao Sr. Deputado António Jorge Duarte Martins, que fez a seguinte intervenção:

“Quando se falou aqui no Centro de Saúde, eu, como fui funcionário do Centro de Saúde muitos anos e tive o privilégio de estar no Centro de Saúde com a Dra. Aldina, e já na altura, se ela bem se recorda, fiz-lhe várias vezes a questão sobre o tal gerador, na altura que se justificava quando o Centro de Saúde tinha SAP. Dizia-lhe muitas vezes, um dia estamos aqui a suturar um individuo qualquer, falta a luz, e lá vai a agulha para um lado qualquer menos para o sítio correto. Realmente nunca se tratou de colocar lá um gerador.

Neste momento, julgo que não vale a pena. E não vale a pena porquê? Em primeiro lugar, porque não há SAP, o Centro de Saúde só funciona durante o

dia. Em segundo lugar, os Srs. Doutores, e desculpem que eu vos diga isto, só não trabalham se não quiserem, porque mesmo com falta de luz há as receitas manuais. Não é Sra. Dra. Aldina? Eles têm as vinhetas, põem as vinhetas, e quando houver luz, os Administrativos pegam e fazem a inscrição nos computadores e está a inscriçãozinha feita.

Portanto, isso da falta do gerador não se justifica.

Queria perguntar ao Sr. Presidente da Câmara Municipal para quando a requalificação da Av. Dr. António Afonso Amaral? É que passaram tantas Câmaras, tantos Presidentes e nunca se pensou naquela avenida. Naquela avenida não andam a trezentos à hora porque não podem mas andam a duzentos e realmente não há passeios, não há nada. Aquilo é a estrada 230 e continua a ser a estrada 230 porque de avenida não tem nada.

Segundo aqui ouvi dizer pelo Sr. Presidente da Câmara Municipal, que o Campus Educativo de Oliveira do Hospital não tem custos e que foi feita uma troca, dão os terrenos. Mas eu estou a ver aqui um pagamento à IMOPRÍNCIPE de duzentos e sete mil e cem euros para aquisição de terreno para implantação do Campus Educativo de Oliveira do Hospital e arruamentos adjacentes. É capaz de me explicar isso, por favor?”

Seguidamente foi dada a palavra ao Sr. Deputado Dr. Nuno Rafael Oliveira Dias, que fez a seguinte intervenção:

“Antes de mais quero pedir desculpa ao Deputado João Ramallete porque me esqueci de agradecer, e alertou-me a minha colega de bancada, que nos endereçou votos de congratulação que, certamente, serão entregues ao nosso Presidente, Francisco Rodrigues dos Santos. Dar também, antemão, uma novidade porque ele, como Beirão de nascença, cá estará na Feira do Queijo a marcar presença.

Relativamente ao Ponto em questão, dizer que aquilo que nos traz aqui, ao CDS-Partido Popular, é uma posição política, e é para isso que aqui estamos, e é para isso que os eleitores escolhem. Vamo-nos abster-nos nestes dois Pontos, e, permita-me, Sra. Presidente da Assembleia Municipal, que junte os Pontos III e IV porque são bastante similares, por razões de estratégia política e porque entendemos que há outros investimentos que seriam mais prioritários. Se nos abtemos é porque entendemos que existem aqui investimento que são também da mais prioritária importância, como, por exemplo, o da requalificação e refuncionalização da Casa Amarela para o Centro de Investigação e Promoção da Cidade Romana na Bobadela, que me parece ser, desde já, e deixo aqui o

elogio à edilidade, um ponto que deve ser o futuro do cenário de atratividade para jovens de outro tipo de perfil académico que se puderem vir a fixar em Oliveira do Hospital, e, aqui no caso, na área da Arqueologia.

Conquanto, entenda que investimentos, como a execução das obras de adaptação, e aqui fala-se da ampliação, e gostava de perceber, então, o que é que será essa ampliação, conservação e reparação no Estádio Municipal?

Ora bem, é sabido que, neste momento, existem duas equipas em duas modalidades distintas nas provas profissionais. Um é o Sampaense, que tem um Pavilhão de excelência, e outro é o Futebol Clube de Oliveira do Hospital. E aqui, clubes à parte, e o Vereador Nuno Ribeiro sabe qual é o meu clube, e não é o de Oliveira do Hospital, e, infelizmente, por infortúnio o meu clube desceu na época passada do Campeonato Nacional. E dizer que, parece-me extemporâneo investir no Estádio Municipal, até porque, neste momento, se percebe que, até do ponto de vista desportivo, será bastante complicada a manutenção do próprio Futebol Clube de Oliveira do Hospital no Campeonato de Portugal.

Porém, e também porque desde sempre o CDS Partido Popular e a Juventude Popular, aqui, em Oliveira do Hospital se mostrou contrária àquilo que nos parece ser uma excessiva aposta no desporto e no esquecimento de outras áreas, e porque nós somos uma opção construtiva, deixo-lhe aqui uma sugestão diferente: Porque não pegar nesse dinheiro e investir, por exemplo, no Parque de Campismo de São Gião, que me parece ser uma excelente oportunidade para crescimento económico e turístico do Concelho de Oliveira do Hospital, até porque, esse espaço, e a Praia Fluvial de São Gião, não fica atrás de nenhuma das outras que têm actualmente Bandeira Azul.”

Em seguida, foi dada a palavra ao Sr. Deputado, João José Pereira Esteves, que fez a seguinte intervenção:

“Estive a analisar esta proposta para concessão de um empréstimo de dois milhões de euros para estas obras e o que é que acontece: Eu concordo plenamente com estas obras e concordo plenamente que seja feito o empréstimo para que as obras sejam realizadas porque é de interesse necessário para o bem-estar das populações e desenvolvimento do Concelho. Só que tecnicamente eu queria fazer aqui umas considerações que são o seguinte: À exceção do Centro Municipal de Proteção Civil, todas as outras obras propostas para o pedido de empréstimo, estão cabimentadas no Plano e Orçamento para o ano de 2020, com financiamento já definido. Se já estavam cabimentadas e

financiadas, para que pedir o empréstimo para estas obras? Será que o Plano e Orçamento apresentado não são exequíveis para este Executivo?

Estas obras já se encontram em Plano e Orçamento no ano de 2019. Em dezembro, último, foram objeto de uma retificação Orçamental e retiradas do Plano. Essa retificação reduziu em cerca de 40 % o Orçamento Municipal daquele ano.

Como a Câmara prevê realizar as obras em questão, precisa de pedir empréstimo para a sua realização porque acredita que o Orçamento apresentado e aprovado para o ano de 2020, não gere as receitas estipuladas para a sua realização.

No entanto, como eu já disse anteriormente, nós vamos votar a favor este pedido de empréstimo porque se cifra num desenvolvimento harmonioso do Concelho e no bem-estar para a população, e nessa medida vamos aprovar este Ponto.

Outra coisa que eu também queria dizer é o seguinte: Quando vi este pedido de empréstimo de três milhões de euros, eu pensava que era para o Centro Escolar porque quando o Sr. Presidente da Câmara Municipal o anunciou disse que iria fazer o Centro Escolar e inclusivamente não se coibia de pedir um empréstimo, o que foi coadjuvado por muitas pessoas e Deputados que estavam aqui. Eu fico admirado por ser para estas obras porque elas já estavam incluídas no ano Plano e Orçamento para o ano de 2019 e 2020.”

Depois, foi dada a palavra ao Presidente da Junta da União das Freguesias de Ervedal da Beira e Vila Franca da Beira, Sr. Eng.º Carlos Artur Simões Esteves Maia, que fez a seguinte intervenção:

“Sr. Presidente da Câmara Municipal, eu não posso estar mais de acordo quanto à contração deste empréstimo de três milhões de euros para estas obras.

Já há uns tempos largos, e tendo conhecimento do que eram os projectos e as perspectivas futuras de investimento para o Concelho por parte deste Executivo Municipal, e era uma coisa que me agradou, e com certeza que nos agrada a todos porque anteriormente chagávamos aqui, e, na altura, éramos oposição, e questionávamos muitas vezes porque é que não havia mais investimento em Oliveira do Hospital? E, realmente, existiu pouco.

Se calhar, hoje, na oposição que nós temos nesta Assembleia Municipal, faz-lhes alguma confusão tanto volume de obras que nunca foi vista aqui em Oliveira do Hospital. É natural que lhes faça alguma confusão. A mim, não me faz confusão nenhuma porque sei o Executivo Municipal que tenho, o

Presidente da Câmara que tenho, e não me faz confusão porque sei que é gente ambiciosa, gente de trabalho, gente que vê longe, e o resultado está aqui.

Sr. Presidente, se em vez dos três milhões de euros aqui viessem cinco milhões de euros, porque eu já aprovei nesta Assembleia, em anteriores Executivos do PSD, empréstimos de cinco milhões de euros, e que inclusivamente chegaram ao fim do mandato e não conseguiram gastar o dinheiro todo porque não conseguiram fazer a obra. Isso é que é de espantar!

Bom, Sr. Presidente da Câmara Municipal, está perfeitamente definido o montante e quais são as obras. Nós entendemos que o Executivo necessita de liquidez para poder avançar com estas obras, pô-las a concurso, executá-las e, inclusivamente, para poder ir buscar participações em candidaturas que possa candidatar e ver aprovadas.

Pois, se calhar, estas obras que estão aqui estavam já em Plano e possivelmente já estariam na ideia.

Nós temos que entender que quando fazemos um Plano e Orçamento nós fazemos um plano de intenções. Quando fazemos um Plano de intenções não sabemos exactamente nesse momento quais são as obras que conseguimos ir buscar participações financeiras. Algumas destas que estão aqui, se calhar, não vão ter participação em programas comunitários e, por isso, é necessário este empréstimo.

Sr. Presidente, se daqui até ao fim do mandato for necessário mais um ou dois milhões de euros, e se calhar vai ser, e fiz uma chamada de atenção há já uns tempos porque há compromissos em freguesias que ainda hoje estão por fazer, se o Sr. Presidente tiver necessidade de trazer aqui, sem comprometer a capacidade de endividamento da Câmara Municipal, um pedido de empréstimo de mais um, ou dois milhões de euros, o Sr. Presidente esteja à vontade porque nós cá estaremos para lho aprovar.”

Seguidamente, foi dada a palavra à Presidente da Junta de Freguesia de Seixo da Beira, Sra. Isabel Margarida Neves Claro Ferreira, que fez a seguinte intervenção:

“Enquanto Presidente da Junta de Freguesia de Seixo da Beira congratulo o investimento previsto para a minha Freguesia e congratulo a possibilidade da requalificação da rua dos Combatentes da Grande Guerra, no Seixo da Beira, uma obra há muito almejada e que, poderá finalmente vir a ser concretizada.

Com efeito a rua dos Combatentes da Grande Guerra, que liga a rua da Comércio à rotunda da Anta, na Estrada Municipal 231-2 é uma das principais

artérias da localidade e a que, actualmente, apresenta um tal estado de degradação que em nada dignifica Seixo da Beira.

Desde 2010, com o Prof. José Carlos Alexandrino à frente dos destinos do Município, que a nossa Freguesia tem sofrido grandes intervenções, delas beneficiando não só os residentes, como também todos o que a visitam, exemplo disso são a rua da Bela Vista/rua do Comércio e a rua Rainha Dona Mafalda.

Falta requalificar a rua dos Combatentes da Grande Guerra para que possamos afirmar que as principais artérias da vila apresentam as devidas condições para uma circulação em segurança, quer de peões, quer de veículos.

Não posso deixar de referir e congratular também a adjudicação de outra obra imprescindível para a Freguesia de Seixo da Beira: A requalificação das ruas de Vale Torto, danificadas no seguimento da construção da rede de saneamento público. Esta é também uma obra vital, para uma população maioritariamente idosa e com dificuldades de locomoção.

Ao longo do tempo a Freguesia de Seixo da Beira foi esquecida pelos sucessivos Executivos Camarários, conhecida como sendo a que apresentava mais carências e maiores problemas socioeconómicos.

Devemos a este executivo e ao seu Presidente, o Prof. José Carlos Alexandrino, o desenvolvimento de que temos vindo a beneficiar ao longo dos últimos dez anos.

No entanto, e porque querer sempre mais e melhor faz parte da nossa condição humana, não deixaremos de exigir tudo o que a nossa Freguesia merece, com a humildade, hombridade e gratidão.”

Em seguida, foi dada a palavra ao Sr. Deputado, Eng.º Carlos Augusto Inácio da Fonseca, que fez a seguinte intervenção:

“Olhando para estas obras que estão incluídas no empréstimo não posso deixar de associar todas as obras que estão a ser desenvolvidas, ou que já foram desenvolvidas, no nosso Concelho e que são estruturantes e que mostram, claramente, uma ambição e uma visão diferente do que vinha sendo seguido nos anos passados e que alguns de esqueceram. Eu não esqueci porque são anos que temos que lembrar para sabermos aquilo que não foi feito.

Estas obras mudam claramente a centralidade e a visão para Oliveira do Hospital, nomeadamente na questão dos acessos à cidade. Isso, para nós, é que é extremamente importante porque permite desviar a circulação do centro da Cidade, permite também criar uma zona de expansão forte de construção habitacional e permite, com a conclusão das variantes que estão previstas, fazer

uma ligação integrada ao futuro nó do IC6. É esta visão e esta ambição que está aqui prevista.

Queria realçar também o esforço que está a ser feito com o investimento no Centro Municipal de Proteção Civil para dar dignidade e outro conforto aos trabalhadores dos Serviços Externos da Câmara Municipal.

Realçar também a capacidade de gestão que esta Câmara Municipal tem feito ao longo destes anos e a capacidade de ter um empréstimo deste valor, ou de valor superior, como já foi referido. Realçar também, como já foi referido pelo Sr. Presidente da Câmara Municipal, a taxa de juros que se vai pagar deste empréstimo com *spread* extremamente baixo.

Isto só mostra que Oliveira do Hospital é reconhecida externamente, que está no bom caminho, está no caminho de desenvolvimento para o futuro e com uma nova visão integrada da Cidade e do Concelho.”

Seguidamente foi dada a palavra ao Sr. Deputado, Dr. Rui Paulo Martins Monteiro, que fez a seguinte intervenção:

“Vou começar esta intervenção por dizer: Eu esforço-me. Efetivamente, esforço-me, mas às vezes, não dá por diversas razões.

Primeira questão: Há aqui Deputados Municipais que estão cá há dez, quinze, vinte anos. Já têm obrigação de perceber um bocadinho de finanças públicas, ainda que não estejam preparados para isso.

Devo dizer-vos que tenho o Curso de Licenciatura em Direito, tive, de facto, finanças públicas e nunca percebi grande coisa disto, mas há uma coisa que percebo: Uma qualquer obra que não esteja devidamente prevista, aprovada e cabimentada, não pode ser executada; Uma qualquer obra que não esteja devidamente prevista, aprovada e cabimentada, não pode ser candidatada a qualquer tipo de apoio, nomeadamente apoios dos Fundos Europeus.

Razão pela qual esta Câmara Municipal trouxe, em dezembro do ano passado, a esta mesma Assembleia Municipal, uma retificação ao Plano e Orçamento, e retirando ao Plano e Orçamento, de uma forma perfeitamente clara, compreensível e que não pode deixar dúvidas a nenhum dos Srs. Deputados que esteve presente, a razão de ser de terem sido retiradas.

Ao perguntar-se: “*E então, agora aparece e é preciso um financiamento?*”.

Mais uma vez, são jogos, são números, mas não são algarismos, são números políticos, são números circenses, para desviar aquilo que é efectivamente importante.

Portanto, todos percebemos a razão de ser e a necessidade deste financiamento. Todos percebemos até porque já, por várias vezes, foi referido que iria ser feito, iria ser apresentado.

Eu não percebo qual é que é a surpresa dos Srs. Deputados que vieram perguntar o que é que se está aqui a fazer? Mais, “*Então e as obras do Centro Escolar?*” Por amor de Deus! As pessoas não estão cá? O Sr. Presidente da Câmara Municipal, na introdução deste tema veio cá dizer exactamente isso!

O eventual financiamento para a comparticipação que a Câmara Municipal vai ter no Centro Escolar, em princípio será suportada através de um empréstimo a constituir com o Banco Europeu de Investimentos.

Às vezes, parece que nós estamos todos aqui, mas que não estamos, ou então, temos um ouvido selectivo, e só ouvimos o que interessa, e não ouvimos o que não interessa. Convém ouvir tudo!

Relativamente à questão das obras no Estádio Municipal, quero dizer ao Sr. Deputado Rafael o seguinte: Eu acumulo com o facto de ser Deputado Municipal as funções de Presidente da Assembleia Geral do Futebol Clube de Oliveira do Hospital. Costumo dizer que vim para Oliveira há vinte anos, casei-me, e liguei-me ao futebol. Ainda estou ligado ao futebol, e continuarei, sempre, ligado ao futebol e ao Futebol Clube de Oliveira do Hospital. Curiosamente, lamento que a grande maioria dos Srs. Deputados, independentemente das cores políticas pelas quais foram eleitos, lamento não os ver com frequência no futebol e no desporto. Eu estou no futebol, estou no hóquei, por vezes, estou no basquete e é raro vê-los. E também é raro vê-los sabem onde? Na Gala do Desporto. Tivemos uma Gala do Desporto recentemente e, se os Senhores lá tivessem ido, e se estivessem estado atentos, teriam visto a riqueza desportiva que tem o Concelho de Oliveira do Hospital. O Concelho de Oliveira do Hospital não é o futebol e ao contrário do que o Sr. Deputado Nuno Rafael diz, muito menos o futebol profissional, sabe porquê, Sr. Deputado? Não há futebol profissional no Concelho de Oliveira do Hospital.

Digo-lhe mais, foi aqui referido pelo Sr. Presidente da Câmara Municipal a razão de ser das obras que aqui estão em causa.

Sabe porque é que estamos, hoje, a discutir, por exemplo, um financiamento para estas obras de adaptação, ampliação, conservação e reparação do Estádio Municipal?

Eu vou-lhe explicar: A generalidade dos Concelhos neste Distrito não têm estes problemas que nós temos e porquê? Porque em devido tempo, e quando havia apoios Comunitários para a realização dessas mesmas obras,

foram projectadas, candidatas e construídas, dou-vos um exemplo, e não é preciso ir ao Fundão, basta ir a Cantanhede, que é aqui do Distrito, e vejam a quantidade de infraestruturas desportivas que existem nas diversas freguesias do concelho de Cantanhede e feitas em devido tempo, com os devidos apoios. Estão lá para serem utilizadas pela população. Como o Estádio Municipal de Oliveira do Hospital, cá está para ser utilizado pela população porque, além do mais, tem uma característica que é fundamental e não está só no nome, diz-se e chama-se Estádio Municipal. Naquele Estádio, nenhuma empresa, de nenhum Presidente do Clube, fez obras, nenhuma empresa de nenhum Presidente do Clube, projectou, orçamentou e executou obras que posteriormente viessem a apresentar a fatura ao Município. Isso nunca aconteceu.

Naquele Estádio Municipal, Sr. Deputado, diariamente duzentos atletas, desde os cinco anos, até aos dezoito anos, praticam desporto.

Sabe quantos são os seniores da equipa do Futebol Clube de Oliveira do Hospital que está no Campeonato de Portugal, Sr. Deputado? São vinte e três. Repare bem que há cento e setenta e sete de diferença.

Portanto, Sr. Deputado, lamento profundamente que haja alguma cegueira e alguma surdez, por uma razão muito simples, dizer-se e defender-se o futuro, sem dar condições aos jovens deste Concelho, e deixe-me dizer-lhe que, naquele Estádio Municipal, milhares de jovens, de dezenas de gerações, do Concelho de Oliveira do Hospital, praticaram desporto e se formaram enquanto atletas mas, sobretudo, enquanto pessoas. Qualquer investimento que seja feito merece a pena e se o Senhor não o vê é cego e surdo e lamentavelmente, aqui, não é mudo.”

Seguidamente, foi dada a palavra ao Presidente da Câmara Municipal, Sr. Prof. José Carlos Alexandrino Mendes, que fez a seguinte intervenção:

“Eu sou sincero, não estava à espera que esta oposição viesse aqui dizer que este Presidente é o maior e que o seu Executivo e a sua equipa são os maiores de sempre, e talvez sejamos os melhores de sempre, pelo que há pouco falámos relativamente a um investimento de dezoito milhões setecentos e catorze mil euros, que o Concelho nunca teve. E se eu juntar aqueles projectos que já estão aprovados das Águas Públicas da Serra da Estrela iríamos para um valor de investimento de vinte milhões, setecentos e dezanove mil euros.

Pensei que as obras que aqui vão ser feitas em Oliveira do Hospital não são só para aqueles que votaram em mim, são também para aqueles que votaram em vocês. Eu digo já, a mim não me incomoda absolutamente nada que haja

uma discussão sobre as prioridades. Estas obras para estarem no empréstimo teriam que estar no Plano e Orçamento.

Depois, é uma falsa questão se há dinheiro, se lá estavam, ou se não. Já vos disse, aqui, que há um objectivo claro. Eu pergunto, se algum de vocês for a um banco, hoje, pedir dinheiro, até para a compra de uma casa, um crédito para habitação, ou outro tipo de crédito, se têm um *spread* destes. Como a Euribor está negativa, eu tive o cuidado de fazer as contas, e dá uma Taxa de Juro de 0,18 %. E eu pergunto, se isso não vos diz nada. Porque é que é esta Taxa de Juro e não é outra? E vocês podem ir ver outros empréstimos de alguns Municípios que estão endividados e, às vezes, chamam-nos para aqui, eu não vou falar de nenhum Município até por uma questão ética e até devido a relações de amizade com outros Presidentes de Câmara, mas poderíamos também falar de alguns empréstimos e quais são as Taxas de Juro que pagam e as taxas de juro que paga a Câmara Municipal de Oliveira do Hospital. Isso, meus caros amigos, tem a ver com uma coisa, tem a ver com a competência desta Câmara Municipal na área financeira, e também não venham dizer que não há essa competência. Digo muitas vezes aos meus Vereadores, sobretudo aos Vereadores em permanência, que, às vezes, é bom uma pessoa dizer que não pode fazer determinadas obras. É melhor passarmos na rua e dizerem que não fizemos esta obra mas também não passa ninguém na rua que diga estes devemos dinheiro. E, por isso, a Câmara Municipal, enquanto eu for Presidente, tem esta gestão financeira.

Realmente o Deputado Dr. Rui Monteiro tem razão no que disse em relação à intervenção do Deputado João Esteves. Tem razão porque eu disse que não sabemos, neste momento, qual vai ser a percentagem de comparticipação financeira do novo Centro Escolar que é uma obra de grande envergadura. Como sabem, ultrapassará os cinco milhões de euros. E acho que foi um grande mérito conseguirmos esta obra e vocês sabem. Há bocado falámos nos Estádios que tem Cantanhede, que tem Ançã. Bastaria ir a Ançã, que é uma freguesia de Cantanhede, e viam o Estádio que eles têm, ou irem à Tocha. Mas isso já não nos resolve os problemas. Com este Centro Escolar podemos resolver o problema das instalações da Escola Superior de Tecnologia e Gestão remodelando a Escola do Primeiro Ciclo. Se nós conseguirmos financiamento de 85 %, nós libertaremos facilmente um milhão de euros para adaptar aquela Escola do Primeiro Ciclo, e isso é visão, é visão estratégica, porque a Escola Superior precisa de umas instalações novas até para captar mais alunos. Hoje há um conjunto de medidas que este Governo acaba de implementar,

nomeadamente Bolsas de Estudo, para promover a vinda de alunos para estas Escolas do interior, e, por isso, há Bolsas de Estudo concretas.

O Centro Escolar é para fazer, gostaria também de o inaugurar no ano letivo 2021/2022. Comprámos os terrenos, fizemos bons negócios que já vou explicar ao Deputado António Martins.

Por isso, a nossa visão de desenvolvimento não foi a visão do passado quando houve até dinheiro para isto. Eu desafiava-vos a fazerem o contraste. Vão ver o Centro Escolar de Mortágua.

Agora, cada um poderá ter opções diferentes, mas também deixem-me dizer, foi para isso que nos deram a maioria. Deram-nos a maioria para exercermos esse poder e discutindo na batalha política. Ninguém é obrigado a achar que os balneários que vão ser construídos no Estádio Municipal em Oliveira do Hospital é uma obra principal para o Concelho. Para mim é uma obra principal por uma razão: Praticam desporto no Estádio Municipal mais de, duzentas crianças e custava-me muito quando as crianças andavam a jogar em Lagos da Beira naquela lama e depois o gás nem funcionava e tomavam banho de água fria. Temos que melhorar estas condições porque eu acho que o Concelho é um todo.

O que está aqui não é duvidoso e poderiam cá estar outras obras. A Av. 21 de junho em Lagares da Beira, talvez a estrada que estava em piores condições dentro do Concelho, custa cerca de duzentos mil euros. A requalificação que falta fazer no Seixo da Beira, mas há outras também aí para fazer. A variante é, ou não, a primeira avenida a sério em Oliveira criando um desenvolvimento dentro daquela urbanização virada a sul, e também já vamos ver aqui quem é que soube fazer negócios. Quem soube fazer negócios foi este Presidente e foi a minha equipa.

Também quero dizer ao Deputado António Martins que realmente estão lá duzentos e seis mil euros. Duzentos e seis mil euros foi o valor pelo qual foram avaliados os vinte e cinco mil metros quadrados de terreno para o Centro Escolar. Isto é, nós tivemos que fazer uma avaliação que está no contrato de urbanização que foi aprovado em reunião de Câmara. É verdade, nós não o pagámos, nós não agarrámos no dinheiro, nós vamos deduzi-lo nestas infraestruturas que têm o valor de um milhão e meio de euros. Eles depois têm é que nos pagar a nós, essa diferença. O contrato de urbanização é público e, por isso, toda a gente o pode consultar.

Eu iria, desafiar-vos para dizerem quem é que era capaz de fazer um negócio destes? Foi uma coisa montada por mim e pelo Dr. Francisco

Rodrigues, com avaliação externa, e sabemos que fizemos um ótimo negócio e convencer aquelas pessoas que aquilo também era um bom negócio para eles. Porque um bom negócio também não é só quando é para nós, também é preciso termos consciência, um bom negócio é quando é bom para as duas partes. Eu mostrei, por a+b, conforme aquela urbanização fica com um potencial de valor que não tinha antes de nós a traçarmos. Esta avenida nós temos que a fazer porque senão ainda poderíamos ter que dar uma indemnização pela anulação do negócio, percebam isso.

O Centro Histórico vai ser um investimento de cerca de quatro milhões de euros. Vocês reparem que é outro núcleo de desenvolvimento. Estamos a criar dois núcleos de desenvolvimento em Oliveira do Hospital, aquela encosta virada a sul, mais para vivendas e para esse estilo de casas mas, ao mesmo tempo, estamos a lançar vida à Zona Histórica. Isso é visão estratégica sobre o Concelho, e não venham dizer que não temos essa visão ou acusarem-nos, e até temos outra coisa, temos capacidade de negociação.

Às vezes, as coisas correm-nos mal. A Câmara Municipal contratou uma imobiliária para comprar algumas casas na Zona Histórica para Residências de Estudantes e o que é que correu mal? Veio uma notícia no Expresso, que eu não sei como é que eles a apanharam, a dizer que a Câmara Municipal ia comprar casas num protocolo com o Instituto Politécnico de Coimbra. Sabem o que é que aconteceu? As pessoas agora já estão a pedir o dobro do que estavam a pedir antes, por causa desta notícia que teve logo um efeito devastador.

Aquilo que eu também acho é que estas obras são importantes e até chegam atrasadas. As obras no Estaleiro para melhorar as condições para os nossos trabalhadores, acho que chegam atrasadas. Se calhar já deviam ter sido feitas há mais tempo. Nós não podemos só exigir dos trabalhadores e depois não lhes dar condições e também temos que ter respeito pelos nossos trabalhadores.

Também pensamos nas nossas crianças, sobretudo com a construção destes Balneários e eu falei-vos também numa Sala de Estudo. O desporto também promove o sucesso escolar. É verdade o que disseram aqui, Oliveira do Hospital tem várias modalidades desportivas. Às vezes, para aborrecer os meus colegas Presidentes de Câmara que têm concelhos maiores digo-lhes o seguinte: Vocês podem ter tudo mas, ninguém tem, o que Oliveira do Hospital tem. Vocês têm basquetebol em que divisão? Nós temos um Clube de Ginástica, das nossas meninas, que é das coisas boas que nós aqui temos. Aquele Grupo de Ginástica é uma coisa que eu admiro. Sou o fã número um daquelas meninas que têm uma qualidade técnica enorme.

Mas, ao mesmo tempo, nós não deixámos cair a Cultura. A Sra. Vereadora Graça Silva tem feito um excelente trabalho, como também o Vereador Nuno Ribeiro na área Desportiva e da Juventude. Nós temos apoiado as estruturas desportivas, nomeadamente damos ajuda na realização de obras, na compra de carrinhas, apoiamos as filarmónicas. Temos um Concelho com diversidade. Eu não quero um Concelho só com futebol. Nós temos basquete, temos o hóquei em patins, temos patinagem artística e muitas outras modalidades. Os Senhores querem um Concelho sem isto e que acabe tudo no Concelho? Eu acho que não.

E vejam, no Concelho todo temos oitocentas crianças que praticam desporto nas camadas jovens na formação e nas diferentes modalidades, que outros Concelhos não têm. Essa é a nossa maior riqueza. A nossa maior riqueza são os nossos jovens, são as nossas gentes, são os nossos grupos culturais, são as nossas filarmónicas. E isso é um todo. Nós temos apoiado e há aqui um trabalho conjunto.

Não quero que vocês pensem que nós somos os maiores porque todos nós somos capazes de fazer, e todos somos capazes de fazer diferente. Nós temos feito a nossa obrigação e temos uma visão global. Também não vos posso esconder que sou um homem do desporto mas, isso, não impede que eu apoie outras áreas, e a Sra. Vereadora Graça Silva sabe bem defender os seus grupos culturais e defender outras variantes do Concelho, e o homem não vive só de pão, vive de tudo.

Por isso, meus caros amigos, admito perfeitamente que poderiam estar aqui outras obras. Por exemplo, o dinheiro que nós estamos a gastar na aquisição de terrenos, nós comprámos a esta família, à IMOPRÍNCIPE, também lhe comprámos terrenos a seis euros o metro quadrado na zona industrial, mas foi preciso porque pensámos as coisas de maneira diferente, e estamos a tornar o Concelho mais competitivo, e ninguém duvide disso.

O Deputado Nuno Rafael falou aqui no Parque de Campismo de São Gião e quero dizer o seguinte: O Parque de Campismo de São Gião pertence a uma fundação e é particular. Nós não devemos imiscuir-nos porque senão parece que o poder político de Oliveira do Hospital quer mandar onde não deve.

A obra nos balneários do Estádio Municipal de Oliveira do Hospital foi um compromisso político, que eu assumi antes das eleições, e que vou concretizar, porque na política devemos ter palavra, independentemente de quem concorde, ou não concorde.”

De seguida, tomou a palavra a Sra. Presidente da Mesa, Eng.^a Dulce dos Prazeres Fidalgo Álvaro Pássaro, para fazer a seguinte intervenção:

“Nós estamos no Ponto III da Ordem do Dia embora, o Sr. Presidente da Câmara, aquando da apresentação do Ponto III, também foi dando elementos relativamente ao Ponto IV. Eles são estreitamente ligados mas eu deixei decorrer as intervenções.

Agora vamos votar o Ponto III e depois eu abro a discussão para o Ponto IV.”

Não havendo mais intervenções, foi colocada a votação o Ponto III - Apreciação e votação, nos termos e para os efeitos previstos no n.º 2 do artigo 51.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, da proposta de autorização para contratação de um empréstimo de médio e longo prazo para concretização de diversos investimentos de interesse municipal - Discussão e autorização prévia dos investimentos a incluir, que foi aprovado por maioria, com duas abstenções.

De seguida entrou-se no Ponto IV - Apreciação e votação, nos termos e para os efeitos previstos na alínea f) do n.º 1 e n.º 4 do artigo 25.º do anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, da proposta de Contratação de um Empréstimo de Médio e Longo Prazo até € 3.000.000,00 para concretização de diversos investimentos de interesse municipal.

Seguidamente foi dada a palavra ao Sr. Deputado, Dr. Nuno Rafael Oliveira Dias, que fez a seguinte intervenção:

“Não tencionava intervir mas confesso que o Deputado Dr. Rui Monteiro como veio fazer o seu ato de contrição e logo a seguir pecou outra vez, assim me obrigou.

Primeiro, dizer o seguinte: Sr. Presidente da Câmara Municipal, estou a par da questão da Fundação e não disse sequer que era de domínio Camarário totalmente mas que é facto, e está ali o Presidente da Junta de Freguesia de São Gião, Sr. Luciano Correia, que não me deixa mentir, que tanto a Câmara Municipal de Oliveira do Hospital como o Executivo da Junta de Freguesia de São Gião, como também a Fábrica da Igreja, têm lá assento. Claro que também estou a par do imbróglio jurídico que isso tem porque a Câmara de Seia e a Junta de Freguesia de Sandomil também têm voz ativa no assunto.

Respondendo então directamente ao Deputado Dr. Rui Monteiro, dizer-lhe que em relação à surdez, o Senhor antes falou dos Deputados do PSD, e

falou na escuta selectiva, e parece-me que foi o seu caso. É que o Sr. Presidente da Câmara Municipal percebeu inteiramente aquilo que eu quis dizer. Eu falei de prioridades e não foi de rejeição. Eu não lhe disse abertamente que era contrário à obra, disse-lhe antes que há obras, no meu entender e no entender do CDS Partido Popular que são prioritárias, e dei o exemplo e elenquei-o. Dizer também que estou à vontade para falar de desporto porque apesar dos meus parques vinte e um anos, e apesar desta barriga, já fui atleta. Fui atleta quase durante uma década no clube da minha terra, Associação Desportiva Nogueirense, e, hoje, faço parte da Direcção do Grupo Desportivo Sangianense e convido-o desde já, bem sei que há uma incompatibilidade de horários porque Oliveira do Hospital joga com o Oleiros e é à mesma hora, mas até é um clube da terra que lá vai, é o Bobadelense, para aproveitar e passar pelo Parque de Campismo para, se calhar, perceber também o porquê da minha prioridade em relação a esse Parque de Campismo e àquilo que poderá oferecer ao Concelho de Oliveira do Hospital, não só a nível económico como também a nível turístico e como a nível de reputação.

Dizer-lhe que o Sr. Deputado escolheu o manifesto exemplo. Cantanhede, Sr. Deputado, pode ter as infraestruturas, mas é isso que eu estou precisamente a falar, de valor acrescentado. Eu deixo-lhe este desafio: Há quantos anos, senão uma década, é que o concelho de Cantanhede não tem nem em camadas jovens, nem equipa sénior, algum clube de futebol. Estamos a falar do Estádio Municipal e que eu saiba, e o Sr. Deputado pode-me contrariar, podem lá decorrer mais modalidades mas a nível futebolístico qual é que é a equipa do concelho de Cantanhede, e repito, a nível de camadas jovens ou sénior que tenha estado num escalão nacional nos últimos dez anos? Eu vou responder: Zero. Nenhuma.

Portanto, se é facto que as infraestruturas lá estão para os munícipes usufruírem elas têm de ter um sentido, têm de ter valor acrescentado, senão é um mamarracho que é o caso do Estádio do Algarve, do Estádio de Aveiro. Não é desconhecimento.

E dizer-lhe o seguinte, e assim termino: Lamentar que o Sr. Deputado tenha para aqui trazido uma gíria de conversa de café, que eu até estou disponível para ter consigo mas é ali em baixo, com um fino e com um tremço, para falar de outros clubes que o Senhor aqui mencionou indirectamente e até quanto a determinadas obras. Eu não vou dar azo a essa conversa porque estamos numa Assembleia magna do Concelho, e não lhe vou dar azo a isso.

Dizer-lhe apenas que tenho muito respeito por todas as Instituições Desportivas do Concelho e não é por ser adepto de uma delas vincadamente que deixo de ter menos respeito pelas outras.”

Não havendo mais intervenções, foi colocada a votação o Ponto IV - Apreciação e votação, nos termos e para os efeitos previstos na alínea f) do n.º 1 e n.º 4 do artigo 25.º do anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, da proposta de Contratação de um Empréstimo de Médio e Longo Prazo até € 3.000.000,00 para concretização de diversos investimentos de interesse municipal, que foi aprovado por maioria, com duas abstenções.

De seguida entrou-se no Ponto V - Apreciação e votação, nos termos e para os efeitos previstos na alínea j) do n.º 1 do artigo 25º do anexo I da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, da proposta de apoio às freguesias no quadro da promoção e salvaguarda articulada dos interesses próprios das populações.

Seguidamente, foi dada a palavra ao Presidente da Câmara Municipal, Sr. Prof. José Carlos Alexandrino Mendes, que fez a seguinte intervenção:

“Este é um subsídio que, como vocês sabem, está no Plano e Orçamento e depois virá em abril os outros subsídios das Juntas de Freguesia.

Este subsídio é para o pagarmos o mais depressa possível.”

Seguidamente, foi dada a palavra à Presidente da Junta de Freguesia de Seixo da Beira, Sra. Isabel Margarida Neves Claro Ferreira, que fez a seguinte intervenção:

“Dizer só que para a Freguesia de Seixo da Beira estes dez mil euros são muito importantes. Dou exemplo, e à semelhança do que a Presidente da Junta de Freguesia de Lagares da Beira, Dra. Olga Bandeira fez no início da Sessão, quero também deixar aqui um voto ao Projecto de Intervenção e Dinamização da Freguesia de Seixo da Beira que organizou o último Carnaval, em conjunto com oito Associações da nossa Freguesia e alguns grupos que se quiseram juntar.

Estes dez mil euros na minha Freguesia são essenciais porque servem para podermos também ajudar as nossas Associações.

Neste âmbito, e porque no próximo dia cinco de abril iremos ter a Terceira Mostra do Bolo Doce, quero, desde já, convidar, todos, para estarem

presentes. A Terceira Mostra do Bolo Doce também é uma organização das Associações da Freguesia de Seixo da Beira.”

Não havendo intervenções, foi colocada a votação o Ponto V - Apreciação e votação, nos termos e para os efeitos previstos na alínea j) do n.º 1 do artigo 25.º do anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, da proposta de apoio às freguesias no quadro da promoção e salvaguarda articulada dos interesses próprios das populações, que foi aprovado por unanimidade.

De seguida entrou-se no Ponto VI - Apreciação e votação, nos termos e para os efeitos previstos no n.º 4 do artigo 29.º do anexo da Lei n.º 35/2014, de 20 de junho e na alínea o) do n.º 1 do artigo 25.º do anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, da proposta de 1.ª Alteração ao Mapa de Pessoal para 2020.

Seguidamente, foi dada a palavra ao Presidente da Câmara Municipal, Sr. Prof. José Carlos Alexandrino Mendes, que fez a seguinte intervenção:

“Esta alteração prende-se com o seguinte: O lugar de Dirigente Intermédio de 3.º Grau da Unidade de Gestão Financeira e Patrimonial consta como preenchido no Mapa de Pessoal do Município. No entanto, como vagou recentemente, recorreu-se ao seu preenchimento em regime de substituição tornando-se necessário proceder à abertura do respectivo procedimento concursal, razão pela qual é proposta a 1.ª Alteração ao Mapa de Pessoal no sentido de passar a constar como lugar a ocupar.”

Não havendo mais intervenções, foi colocada a votação o Ponto VI - Apreciação e votação, nos termos e para os efeitos previstos no n.º 4 do artigo 29.º do anexo da Lei n.º 35/2014, de 20 de junho e na alínea o) do n.º 1 do artigo 25.º do anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, da proposta de 1.ª Alteração ao Mapa de Pessoal para 2020, que foi aprovado por unanimidade.

De seguida, tomou a palavra a Sra. Presidente da Mesa, Eng.ª Dulce dos Prazeres Fidalgo Álvaro Pássaro, para fazer a seguinte intervenção:

“Chegámos ao fim da Ordem do Dia.

Penso que tiveram a oportunidade de fazer bastante debate político, também falaram de futebol e falaram de clubes de futebol.

Acho que genericamente a nossa Sessão correu bem e desejo aos Srs. Deputados um bom fim de semana e que regressem a casa com a perceção de

que cumpriram o vosso dever cívico como Deputados e que pugnaram pelos interesses do Concelho.

Acho que cumpriram com a vossa obrigação.”

De seguida procedeu-se à votação da presente Ata em minuta que foi aprovada por unanimidade.

E, não havendo mais nada a tratar, sendo vinte horas, a Sra. Presidente da Assembleia Municipal declarou encerrada a sessão, da qual para constar se lavrou a presente Ata que depois de lida e aprovada vai ser assinada pelos Membros da Mesa e por mim _____, Primeiro Secretário, que a subscrevi.

(Presidente)

(Primeiro Secretário)

(Segundo Secretário)
